

Assembleia Municipal da Guarda

Ata

Sessão Ordinária de Trinta de Junho de Dois Mil e Vinte e Um

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, pelas catorze horas e trinta minutos, teve início, no Grande Auditório do Teatro Municipal da Guarda, uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal que a seguir se transcreve: -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “... pela Andreia Patrícia Plácido Fernandes; falta a Rosa Maria Gonçalves Caramelo dos Reis, é substituída pela Francisca Afonso Mamede que nos acompanha por videoconferência; falta o Diogo Maria Correia Isidro, que é substituído pelo Rodrigo Manuel Bidarra Breia Lopes; falta a Vanda Cristina Simões Leal Bule de Sá Rodrigues, que é substituída pela Susana Maria Conceição Pires. Do Grupo Municipal do PS: falta José Alberto Vargues Pires, que é substituído pelo António José Pires Barbosa; falta o Emanuel de Almeida Proença Barata, que é substituído pelo Nuno Filipe Costa Laginhas. No Grupo Municipal do CDS falta: Elsa Marina Lourenço Gonçalves Silva, que é substituída pelo José Carlos Breia Lopes. Juntas de Freguesia: falta o Presidente da Junta de Freguesia de Maçainhas, o Érico Pissarra Gomes, que é substituído pela Secretária, Catarina Isabel Cabral; falta o Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Estrela, o Ricardo Miguel dos Reis Gonçalves, que é substituído pelo Secretário, Cristóvão Lages Antunes e falta também, presumo eu, com informação de última hora, o Presidente da Junta de Freguesia do Porto da Carne, Vítor Cunha, que é substituído pela Secretária, Cláudia Juliana Rebelo. É isso? Está certo, não está? Muito bem.” -----

Então, iríamos já pôr à votação a ata da última Assembleia do dia 29 de abril de 2021.” -----

----- **Resultado da votação da ata do dia vinte e nove de abril de dois mil e vinte.** -----

- Aprovada, por maioria, com cinquenta e um votos a favor e uma abstenção. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Entrávamos, então, já no período de antes da ordem do dia e começamos pela leitura dos documentos que foram entregues pela CDU, Bloco de Esquerda e Partido Socialista. E dou-vos conta de uma entrega de última hora aqui à Mesa da Assembleia, que a Mesa aceitou e que já pedi para fotocopiarem e fazerem chegar todos os Deputados Municipais e Executivo, de uma Moção apresentada por três Presidentes de Junta. É isso? É isso, três Presidentes de Junta: Rochoso e Monte Margarida, Castanheira e Santana d’Azinha. É isso, não é? Muito bem. É uma Moção que será a última a ser lida, uma vez que nós fazemos normalmente a leitura pela ordem de entrada. Penso que já toda a gente terá a cópia do documento que foi entregue, certo Vânia? Já toda a gente tem? Muito bem. Então, passávamos à leitura dos documentos. Começamos pela CDU. (...) A primeira leitura pertence à CDU. Senhor Deputado Aires Diniz, por favor. Apresentou duas Moções. Uma pelo desenvolvimento do Serviço Nacional de Saúde regional e local e outra pelo desenvolvimento dos transportes regionais e locais. Faz favor, pode ler.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Pronto, eu vou ler as duas de enfiada. «Moção pelo Desenvolvimento dos Transportes Regionais e Locais. Considerando que não podemos aceitar que, à boleia da entrega da responsabilidade aos municípios dos transportes ao nível do concelho e às CIM ao nível inter-regional, não exista transporte público de qualidade na região. Considerando a evidente inexistência de empresa pública de transporte de passageiros da Guarda, queremos saber o que se passa com os resultados do concurso público feito para a criação de uma empresa similar na Guarda. Considerando que devemos em simultâneo exigir uma clarificação sobre a resposta às necessidades dos trabalhadores no que concerne aos transportes urbanos, com exigência de alargamento aos polos industriais (Vale de Estrela e PLIE) com a correlativa exigência no âmbito da CIMBSE de passes intermodais, que devem ser enquadrados nas medidas políticas existentes no Orçamentos de Estado referente ao PART. Considerando que, em simultâneo com a reabertura da linha da Beira Baixa, existe um corredor suburbano de transporte ferroviário com ligações intermodais para que haja horários adequados à vida comercial e social, incluindo o acesso ao emprego entre a Guarda e Castelo Branco, bem como a interconexão da Beira Baixa com a Beira Alta. Considerando ainda que no serviço ferroviário regional, os horários têm que ter uma lógica que sirva as populações locais, tanto nos trajetos de longo curso, como dentro da região, como é o caso da estação do Barracão/Sabugal, que serve uma parte da cidade da Guarda e das freguesias rurais, devendo ser entendida como uma espécie de Guarda-B. Considerando que as estações da linha da Beira Alta e da Beira Baixa devem ser complementadas por uma verdadeira rede de transportes urbanos da Guarda, mostrando vontade de criar sinergias entre todas as estações servidas. A CDU propõe que a Câmara Municipal da Guarda organize transportes urbanos em articulação com o Transporte Ferroviário, desenvolvendo sinergias no acesso a bens e serviços, saúde, cultura, ciência e educação, que recuperem a região e lhe deem resiliência nos tempos difíceis que vivemos e continuaremos a viver.» Esta é a primeira Moção. -----

A segunda Moção é sobre o desenvolvimento do SNS regional e local e diz o seguinte: «Considerando o investimento da requalificação do pavilhão 5, não podemos esquecer a necessidade de requalificar os restantes pavilhões no parque da saúde pois é fundamental revitalizar e reforçar a resposta pública nas suas diversas áreas clínicas. Considerando que temos que exigir respostas ao governo, reunindo para isso as diversas forças políticas na Assembleia Municipal da Guarda com o Conselho de Administração da ULS Guarda para criarmos uma sólida unidade reivindicativa em torno da nossa ULS, já que ela é fundamental para aumentar a resposta pública regional e local do SNS. Considerando que devemos exigir esclarecimentos no investimento de recursos humanos nas diversas áreas clínicas, pois a pandemia não pode escamotear as dificuldades do modelo de financiamento pois é feito com base na população. Considerando que temos que fazer convergir os diversos processos reivindicativos para que deem resposta às necessidades dos utentes quanto ao internamento hospitalar na área da medicina, pois necessitamos uma rede pública alargada ao nível da convalescença para libertar vagas no internamento hospitalar. Considerando que, com o envelhecimento da população, há necessidade de melhorar a qualidade e aumentar a quantidade dos serviços prestados aos idosos no nosso concelho e distrito. A CDU propõe que

a Câmara Municipal da Guarda trabalhe no sentido de criar sinergias entre os diversos polos do SNS a nível regional e local.» E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém pretende intervir sobre estes dois documentos? Não? Vamos pôr já à votação estes dois documentos. Cada Assembleia temos feito de forma diferente, mas vamos já pôr à votação estes dois documentos porque assim é mais fácil porque as pessoas lembram-se do que é que estivemos a falar. Em algumas Assembleias votámos depois, no final, todos. Mas se calhar depois é mais confuso e eventualmente as pessoas podem não se recordar. Se ninguém quiser intervir sobre estes dois documentos, eu poria já à votação. Ninguém pretende intervir? Não? Muito bem. Então fazemos já a votação e ficam já estes arrumados.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Pelo Desenvolvimento dos Transportes Regionais e Locais** -----

- Aprovada, por unanimidade, com sessenta e dois votos a favor. -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Pelo Desenvolvimento do Serviço Nacional de Saúde Regional e Local** -----

- Aprovada, por unanimidade, com sessenta e dois votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Passávamos, então, à intervenção do Bloco de Esquerda. Temos uma Moção pelo Dia do Orgulho LGBTI, 28 de junho. Senhor Deputado Marco Loureiro, faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Antes de mais, boa tarde a todos e a todas. Passo então à leitura. «28 de junho, Dia do Orgulho LGBTI+. Considerando que: Durante o mês de junho celebra-se, por todo o mundo, e também em Portugal, o orgulho LGBTI+; Nesta data se evoca a revolta de Stonewall de 28 de junho de 1969, quando, em Nova Iorque, nos Estados Unidos da América, considerado o acontecimento mais importante para o movimento de defesa dos direitos LGBTI+; A Revolta de Stonewall originou as Marchas do Orgulho LGBTI+ logo em 1970, que, ao longo dos anos, se tornaram momentos de visibilidade e reivindicação destas comunidades, assinalados um pouco por todo o mundo; Também aqui em Portugal são realizadas, por norma, marchas associadas ao Orgulho LGBTI+ em vários pontos do país que, por diversas razões, nomeadamente a Pandemia, infelizmente algumas delas foram canceladas. A Assembleia Municipal da Guarda, reunida a 30 de junho de 2021, se assim o entender, delibera: 1. Saudar o Dia do Orgulho LGBTI+; 2. Saudar todas as lutas de pessoas e organizações que se empenham no compromisso pela igualdade e contra a homofobia, transfobia e bifobia no Município; 3. Saudar as associações e entidades que, no Município, contribuem todos os dias para a luta contra a discriminação em contexto de crise, tendo conseguido adaptar as suas intervenções de forma a manter e reforçar os apoios às comunidades, nomeadamente apoio à vítima, apoio psicológico e psiquiátrico e respostas de empregabilidade e acolhimento; Por último, e não menos importante, solicitar à Câmara Municipal que declare a Guarda uma “Zona de Liberdade LGBTI+”.» Foram muitos os Municípios, ao longo dos últimos dias, terminando hoje o chamado mês do orgulho *pride*, dia 30, que muitos Municípios se associaram, por unanimidade, a declarar-se um Município livre, em que respeita as diferenças, as opções, as orientações de cada um. Por isso, apelamos para que hoje, esta

Moção, também reforce esse mesmo Município, de que é um Município que respeita e dá liberdade de escolha a todos nós e a todos os que cá residem. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém pretende intervir sobre este documento? Senhor Deputado Pedro Nobre, faz favor.” -----

- **Deputado Pedro Nobre (PSD):** “Senhora Presidente e respetiva Mesa, senhor Presidente de Câmara e respetivo Executivo, senhoras e senhores Deputados, senhores Presidentes de Junta, trabalhadores, boa tarde a todos. Eu julgo que há leis mais do que suficientes para garantir tudo isto que aqui está escrito. Não vejo a necessidade de estarmos aqui a solicitar a declaração de... Eu vivo cá, não tenho conhecimento, francamente, não tenho conhecimento de nenhuma fobia contra ninguém. Há regras e há locais próprios para, se isso acontecer, para serem denunciadas. Não vejo que tenha que haver aqui algum tratamento especial para quem quer que seja. Porque ao estarmos a dar esse tratamento especial, na minha opinião, e eu esqueci-me de dizer isto ao princípio, eu estou a falar na qualidade de um Deputado qualquer, não estou aqui a querer dar nenhum tipo de indicação de voto. Que fique bem claro, eu estou a falar por mim. Portanto, não vejo a necessidade de estarmos a criar aqui uma situação exclusiva, porque se formos assim vamos ter que criar “n” situações exclusivas e eu acho que não fará muito sentido. Acho que nós vivemos numa sociedade, na Guarda, que respeita todos. E volto a repetir, não tenho conhecimento de nenhum tipo de fobia contra ninguém, portanto, não vejo razão desta Moção, da minha parte, ter o voto favorável.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém? Senhor Deputado Henrique Monteiro, faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Boa tarde a todos. Senhora Presidente, obrigado. Na sua pessoa, cumprimento toda a Assembleia. Realmente estas causas são interessantes. Aliás, eu também acompanho aqui o Deputado Pedro Nobre nas palavras que ele disse. Também não tenho fobia contra ninguém. Aliás, a minha forma de estar na vida é aceitar todos naquilo que são as suas diferenças. Mas estas causas muitas vezes soam um pouco àquela situação: dizer uma coisa e depois praticar outra. E eu lembro-me que uma das causas do Bloco de Esquerda era o problema da violência doméstica, de que era necessário a gente solidarizar-se com a vítima, condenar o agressor. E se nós todos no recordamos, há bem pouco tempo, o próprio Bloco de Esquerda teve, dentro de portas, um caso de violência doméstica de um Deputado da Nação que vive em Gaia, portanto, um alto quadro do Bloco de Esquerda, sobre o qual vieram notícias sobre violência doméstica, agressão à companheira. E afinal o que é que o Bloco de Esquerda fez? Parece que em vez de se solidarizar com a vítima, solidarizou-se com o agressor. E não há nada pior na vida do que um bom conselho seguido de um mau exemplo. Isto foi um princípio que o meu avô me ensinou. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Obrigada, senhor Deputado. Deixem-me só chamar à atenção ao menino que está a cronometrar os tempos. Os tempos de intervenção são contabilizados. O CDS não contabilizou, tudo bem, não há problema. Mas são para contabilizar. O tempo de leitura é que não, ok? Senhor Deputado Marco Loureiro, faz favor.”

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Vou ser muito rápido, tendo em conta que o tempo está a contar. Mas apenas dizer que relativamente a esta última intervenção, por parte do CDS-PP, mais do mesmo, era de esperar. Não tem nada a dizer sobre aquilo que o Bloco Esquerda aqui foi apresentar. Relativamente também ao senhor Deputado Pedro Nobre, tem o seu direito a ter a sua opinião, é óbvio. Mas também transmite um pouco a linha, apesar de ter dito que era em nome individual, mas também transmite às vezes um pouco a linha do que muita social-democracia ainda diz que não tem preconceitos, mas depois para saudar determinados movimentos tem sempre dificuldade em dizer sim a essa saudação. Não digo que sejam todos, por isso já estou a pôr aqui uma ressalva, porque realmente tem havido um trabalho e uma forma de estar na sociedade Portuguesa de ambos os partidos, nomeadamente da social-democracia, do qual eu respeito imenso e bati muitas vezes palmas às suas posições na Assembleia da República. Por isso, espero claramente que esta Moção tenha o voto favorável maioritariamente. E mais não tenho a acrescentar. Porque isto de dizer que não somos homofobia e que é abrir exceções, é sempre o discurso de que não existe racismo e que não existe violência para com a mulher, ou para com o homem, e depois ela existe. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Não? Podemos passar à votação, então?” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **28 de Junho – Dia do Orgulho LGBTI+** -----

- Aprovada, por maioria, com vinte e oito votos a favor, dez votos contra e vinte e nove abstenções. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Sim? Declaração de Voto, senhor Deputado, Engenheiro Aragão. Faz favor, Declaração de Voto. -----

- **Deputado Luís Aragão (PSD):** “Boa tarde. Gostava só de dizer que votei contra porque, do mesmo modo que não gosto que me imponham as coisas, também não gosto de impor aos outros. Daí que respeito o comportamento de toda a gente, não me meto com ninguém e fico bastante incomodado quando vêm dizer, que se é de esquerda é progressivo e se é de direita é fascista. Não gosto. Da mesma maneira, as opções sexuais de cada um são com cada um, não me meto com isso. A questão da violência doméstica foi aqui claramente expressa pelo Deputado Henrique Monteiro, daí a minha forma de votar. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Passávamos, então, às intervenções do CDS. Temos uma Recomendação «A passadeira fora da mão». São duas Recomendações, uma «A passadeira fora da mão» e a outra «Remodelação da Avenida Afonso Costa». Senhor Deputado José Carlos, vai falar sobre as duas? -----

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “Muito boa tarde a todos. Sim.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem, faz favor.” -----

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “Bom, é o seguinte. Nós estamos em conversa com o senhor Presidente, deu-me uma espécie de uma linha direta para ele, para

resolver estes pequenos problemas. São pequenos problemas. Mas parece que mesmo assim não serviu, portanto temos que trazer aqui. E uma delas é a passadeira junto à famosa rotunda da mão. Há uma passadeira, quando nos dirigimos para o Rio Diz, que está muito mal rodeada. Ou seja, passei lá hoje para confirmar outra vez, tem um caixote do lixo junto à passadeira e tem um bucho que cresceu, para aí, quase dois metros. Ora bem, da perspectiva de quem vai num veículo, não se consegue ver quem vai atravessar aquela passadeira, a não ser quando chegamos de cima da passadeira. Houve um atropelamento grave nesta passadeira. Como é que se resolve o problema? Tem que se cortar o bucho, tem que se tirar o caixote do lixo daquele sítio, porque senão vamos continuar a ter acidentes. Eu, que ando agora de mota, mesmo de mota tenho dificuldade em ver quem vai entrar na passadeira. Quem é que utiliza aquela passadeira? Pessoas que fazem passeios junto à VICEG, crianças que vão para a escola, que têm, muitas vezes, menor altura que o próprio caixote do lixo. Portanto, nunca vi em lado nenhum um caixote do lixo junto a uma passadeira. Eu digo aqui na Recomendação que, se não for feito nada amanhã, podem ter certeza que depois de amanhã sou eu que, com um serrote e com uma tesoura, vou cortar aquele bucho. Para além disso, quem já fez o cruzamento junto ao Xlente, é a mesma coisa para os veículos, porque é um cruzamento perigoso. Portanto, temos que fazer... quer dizer, uma cidade tem que facilitar e não complicar. E ali estamos a complicar claramente uma situação que é fácil de resolver. E resolver é baixar o nível da vegetação, tirar o caixote do lixo da passadeira e evitar acidentes. Portanto, não vale a pena estar a ler a Recomendação, toda a gente já tem. Acima de tudo, é que esta situação seja o mais rapidamente resolvida, por uma questão de vida ou de morte. -----

A outra, tem a ver com a remodelação na Avenida Afonso Costa. Mais uma vez, felizmente, já tirei a carta de mota, e o meu instrutor disse: olha o que acabaram de fazer aqui. Quem vem do Liceu e quer virar à esquerda para o Centro de Emprego, a que se chama Avenida do Estádio Municipal, neste momento tem dois STOP's. Portanto, para primeiro para ceder prioridade a quem vem de baixo para o Liceu, mas depois tem que parar logo numa ilha que não tem quatro metros. Portanto, uma carrinha de 3500 kg que tenha que respeitar os dois sinais, vai fazer o quê? Vai deixar o caixote no meio da subida, podendo causar acidentes. Não percebi porque é que está aquele STOP ali, não facilita o fluxo de trânsito. Portanto, o que é que tem que se fazer? Remover aquele STOP, como é óbvio. Não está lá a fazer absolutamente nada, porque a visibilidade de quem vai para a esquerda vindo do Liceu, em relação a quem sobe a Avenida para a Avenida do Estádio, é fácil. Portanto, aquele STOP tem que ser removido. E outra coisa, faz-se uma infraestrutura, renova-se tudo, cortam-se algumas árvores em nome do estacionamento para os veículos, que somos contra, desde sempre, eu pessoalmente, e depois temos uma escola, onde diariamente vão centenas ou milhares de alunos, alguns deles que já têm motas, podem querer ir de bicicleta, mas se forem junto ao local, não têm um estacionamento para uma bicicleta, não têm um estacionamento para uma mota. E o que é que está a acontecer com os alunos? Alguns deles deixam as motas atravessadas no local de um carro. Moral da história, tiram o local de estacionamento de um veículo escusadamente, porque um estacionamento de um automóvel simplesmente dá para quatro ou cinco motas. Portanto, é muito fácil de resolver. É substituir dois ou três estacionamentos junto à passadeira, à frente e atrás, para veículos de duas rodas, em nome

da mobilidade. É só isto que eu queria dizer. Pronto, em relação a isto, não vale a pena ler a Recomendação. Isto é uma Recomendação, também é de fácil resolução, parece-me. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Alguém pretende intervir sobre estes dois documentos? Não? Muito bem. Como não precisa de votação, passamos então ao grupo parlamentar do Partido Socialista. Tem uma Recomendação, Toponímia. Quem lê? Senhor Deputado António Barbosa, faz favor.” -----

- **Deputado António Barbosa (PS):** “Boa tarde a todos. Cumprimento a senhora Presidente e o restante auditório. Eu tenho aqui uma Recomendação - Toponímia. E ia começar por ler aqui uma ata, parte da ata da Câmara do dia 17/01/2017. Só uma parte. Esta parte que eu vou ler, uma das partes foi ditada para a ata pelo Dr. Álvaro Amaro. «Com o falecimento do Dr. Mário Soares, ocorrido no dia 7 de dezembro, a Nação Portuguesa perdeu uma das personalidades mais emblemáticas da história contemporânea, a quem Portugal deve estar verdadeiramente grato, principalmente pela luta na conquista da liberdade do nosso povo. A morte do Dr. Mário Soares reflete a perda de um homem que fará eternamente parte da História de Portugal. Foi um homem a quem o país muito fica a dever, porque muito para além das suas convicções, da sua ideologia e do seu pensamento político, o país ficará a dever-lhe seguramente um momento histórico da nossa vida das últimas décadas que é a nossa entrada na Comunidade Económica Europeia. Era também um homem que se assumia e nesse sentido, assumiu para ele e para o país um combate que venceu, para bem de todos, que foi o combate pela liberdade e pela democracia em Portugal. Devemos-lhe muito desse combate e devemos-lhe muito, depois, já no pós-25 de Abril, a capacidade, o discernimento e a inteligência de perceber que tínhamos de continuar o caminho da liberdade que havíamos conquistado um ano antes. E, por isso, é uma perda histórica de um homem que enriquece a História de Portugal. O Dr. Mário Soares também foi um bom amigo da Guarda, tendo-se deslocado oficialmente algumas vezes a esta cidade, onde se destaca a presidência aberta que dedicou ao distrito, de 25 a 31 de março de 88, tendo a Casa dos Alarcões, solar do século XVII, sido a sua residência-oficial da sua estadia nesta cidade. Os Vereadores do PS intervieram nessa altura para pedir, à semelhança do que foi feito com outras figuras independentemente da sua filiação partidária, e neste caso em relação ao Dr. Mário Soares, que seja pensada uma forma de honrar o seu nome, de o projetar e fazer com que os jovens o possam recordar, atribuindo o nome do ex-Presidente Mário Soares a um espaço, nesta cidade, de forma a dar ênfase a esta figura ímpar da sociedade portuguesa. Em 13 abril 2013, Mário Soares isto: “Os Estados não se avaliam pelo dinheiro que têm, mas sim pela sua história e pela sua gente. Nesse sentido, Portugal não pode ser considerado um País pobre, bem pelo contrário.” O concelho da Guarda também se avaliará, certamente, pelo respeito que tem pela sua história e pela sua gente, por isso, é imperioso que façamos a devida homenagem a Mário Soares, com a efetiva concretização de uma decisão do anterior executivo municipal, colocando o seu nome numa artéria central da nossa cidade. É a singela homenagem que lhe devemos em nome da democracia, da qual é um dos pais fundadores. Se hoje aqui estamos a debater em liberdade, ao seu papel e ação se deve. Assim, a Assembleia Municipal da Guarda, na sua reunião ordinária de 30 de Junho de 2021, aprova uma recomendação ao executivo no sentido de, com a maior brevidade possível, se possível

ainda neste mandato, concretizar a tão merecida homenagem a Mário Soares, atribuindo o seu nome a uma Praça, Largo ou Avenida.» Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém pretende intervir sobre este documento? Não? Muito bem. Como também é Recomendação, não é votado. Temos, por fim, a Moção dos senhores Presidentes de Junta. Eu não sei quem é que quer fazer a leitura e a apresentação. Senhor Presidente da Junta do Rochoso, faz favor.” -----

- **António Simões, Presidente da Junta de Freguesia do Rochoso e Monte Margarida (PSD):** “Boa tarde a todos. «Sobre o cumprimento e respetivo pagamento dos Acordos de Cooperação entre as 43 Juntas de Freguesia da Guarda e o Município da Guarda. Considerando que: I) Os Acordos de Cooperação têm sido fundamentais para o desenvolvimento e a realização de obras fundamentais para o bem-estar da população das Freguesias da Guarda; II) Que esta Assembleia Municipal aprovou na sua reunião de Fevereiro de 2021 os Acordos de Cooperação entre as 43 Juntas de Freguesia da Guarda e o Município da Guarda; III) Que até ao dia de hoje, 30 de Junho de 2021, apenas foram assinados e pagos cerca de 50% da respetiva verba, a cerca de metade das Juntas de Freguesia dos respetivos Acordos de Cooperação; IV) Que esta Assembleia Municipal aprovou na sua reunião de Fevereiro de 2018 os Acordos de Execução entre as 43 Juntas de Freguesia da Guarda e o Município da Guarda; V) Que a Câmara Municipal através do seu Executivo deve honrar e cumprir os seus compromissos assinados com as Juntas de Freguesia da Guarda; VI) A Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro que estabelece o regime jurídico das autarquias locais no seu Artigo 6.º define a natureza das Assembleias Municipais como órgão deliberativo; Assim, a Assembleia Municipal da Guarda, reunida a 30 de Junho de 2021, ao abrigo do seu artigo 25.º que define as competências de apreciação e fiscalização das Assembleias Municipais nas suas alíneas j), “Deliberar sobre formas de apoio às Freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das Populações” e alínea k), “Autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e o Estado e entre a Câmara Municipal e a entidade intermunicipal e autorizar a celebração e denúncia de contratos de delegação de competências e de acordos de execução entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia”, deve deliberar que o Executivo da Câmara Municipal: 1 - A assinatura e pagamento dos 50% do valor dos Acordos de Cooperação em falta até ao final desta semana. 2 - O pagamento imediato dos 50% do valor em falta às Freguesias que já tenham as obras concluídas. 3 - Que sejam pagas as verbas previstas nos Acordos de Execução às Freguesias em falta até ao final desta semana.» Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Alguém pretende intervir sobre este documento? Faz favor, senhor Deputado Monteirinho.” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “Boa tarde, senhora Presidente, senhores elementos da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores Vereadores, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta, senhoras e senhores Funcionários, Comunicação Social, Público que assiste em casa a esta transmissão em direto. Sobre este assunto, senhor Presidente, não podia deixar o Partido Socialista de tecer alguns comentários, evidentemente. Não para defender propriamente as Juntas de Freguesia, estas

em causa, em particular. Claro que defendemos todas no geral. Mas não podíamos deixar de lhe dizer ou de lhe transmitir, pelo menos, que isto é um desrespeito perante esta Assembleia. A Assembleia aprovou os Acordos de Cooperação, aprovou que as verbas fossem distribuídas às Juntas de Freguesia, e o não cumprimento dessa deliberação é um desrespeito a todos nós. E penso que o senhor Presidente também considera que é um desrespeito à própria Vereação, uma vez que esses acordos também foram aprovados em termos da Vereação e do Executivo Municipal. Assim sendo, e para evitar que estes acontecimentos se repitam, o Partido Socialista, como não podia deixar de ser, vai votar favoravelmente esta Moção. E relembra que o senhor Presidente poderia ter evitado isso pagando, evidentemente, às Juntas de Freguesia, ou seja, entregando às Juntas de Freguesia as verbas a que têm direito. Eu não vou tirar mais nenhuma relação sobre este fenómeno que está aqui a acontecer, mas apelava também aos outros Presidentes de Junta, que penso que é de bom senso e de bom tom, que todos estejam no mesmo barco parente uma situação destas. Parece-me que foram estes três, não tiro relações, mas todos os que aqui estão compreendem quais são as relações que se podem tirar desta atitude, mas penso que os Presidentes de Junta devem estar todos no mesmo barco, assim como esta Assembleia. E dizer ao Executivo Municipal, é uma oportunidade para dizermos ao Executivo Municipal que deve cumprir aquilo que são as obrigações e aquilo que é deliberado nesta Assembleia e deliberado no Executivo. Assim sendo, o Partido Socialista apoia e votará favoravelmente, sem antes dizer que seria igual para todas as Juntas de Freguesia. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Pedro Nobre, por favor.” -----

- **Deputado Pedro Nobre (PSD):** “Boa tarde a todos, uma vez mais. Se nada estivesse a ser feito, eu concordaria com o senhor Deputado Monteirinho. Mas não é essa a realidade. A realidade, e de acordo com o que está escrito no documento, é que 50% das Juntas já assinaram o protocolo e no momento da assinatura do protocolo recebem 50% da verba, verba essa que é entregue apenas a quem apresentou o projeto. Verdade? Ora, se eu sou Presidente de Junta e eventualmente até já posso ter apresentado o projeto, mas esse projeto tem que ser analisado pelos serviços da Câmara e se esse resultado, dessa análise, ainda não está feito não poderá haver a assinatura do protocolo. Senão, aí sim, estava-se a insurgir numa ilegalidade. Digo eu. Portanto, se nós chegássemos aqui e efetivamente nada estivesse a ser feito, eu próprio votaria favoravelmente esta Moção. Mas não é essa a realidade. Do conhecimento que tenho, está longe de ser essa a realidade. Portanto, há uma coisa que eu não sei neste momento, daqueles que já estão assinados, dos vinte ou vinte e um ou vinte e dois que já estão assinados, se as obras já foram concluídas, se essas sim já foram concluídas, então, sim, acho que Câmara deverá pagar os restantes 50%. Das outras, pedir celeridade na análise dos processos? Subscrevo, com certeza que sim, tudo bem. Agora, ao analisar o documento, dá ideia que não se está a fazer nada e francamente não me parece, porque aquilo que tem acontecido, nestes últimos anos, não é, nem de perto, nem de longe, volto outra vez a falar, aquilo que se passou noutros tempos. Não é? Em que eram assinados os protocolos e ficávamos por aí. De maneira que a intenção de voto da bancada do PSD, naturalmente, que será votar contra este documento, com os argumentos que acabei de falar.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Henrique Monteiro, faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Obrigado, senhora Presidente. É assim. Evidentemente, se os acordos foram aprovados, têm que ser cumpridos. Agora, para de alguma forma podermos votar esta Moção com verdadeiro conhecimento de causa, e não duvido daquilo que está aqui a ser dito na Moção pelos senhores Presidentes de Junta, mas também acho que, antes da votação, se houver uma explicação do senhor Presidente da Câmara para nós tentarmos perceber quais as dinâmicas deste processo e do (...), fá-lo-íamos depois, a votação, com um maior conhecimento de causa. Quando não, podemos estar aqui a enveredar em situações precipitadas, ou aqui apenas a fazer oposição por fazer oposição, o que nunca foi a nossa postura. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Presidente de Junta de Santana D’Azinha, faz favor.” -----

- **José Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Santana D’Azinha (PSD):** “Boa tarde a todos. Muito obrigado. Cumprimento a todos na pessoa da senhora Presidente. Senhor Deputado, na Assembleia de fevereiro foi aqui aprovado esse acordo para todos, para todas as Freguesias. Posteriormente, vem um e-mail da Câmara para indicarmos as obras. Eu falo pela minha Freguesia, eu indiquei a obra. Certo? Numa reunião com o senhor Presidente, pura e simplesmente me diz que o nosso acordo foi para o fundo do monte. Porquê? Porque sou contra ele? Porque não o apoio? Digo-lhe mais. A obra está feita, ainda não tenho o acordo assinado e eu preciso de a pagar. Não brinco. E mais, quando era o senhor que defendia que o orçamento não era justo para as Freguesias, não era bom. E vejo-o agora a defender. É triste.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente de Junta. Mais alguém para intervir? Não? Senhor Presidente, quer fazer uma pequena intervenção sobre este documento? Não. Muito obrigada. Muito bem, então, vamos pôr à votação o documento.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

--- **Sobre o cumprimento e respetivo pagamento dos Acordos de Cooperação entre as 43---**

----- **Juntas de Freguesia da Guarda e o Município da Guarda** -----

- Aprovada, por maioria, com vinte e seis votos a favor, vinte e três votos contra e dezanove abstenções. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Declaração de Voto? Senhor Engenheiro Aragão, faz favor.” -----

- **Deputado Luís Aragão (PSD):** “Venho aqui fazer a minha Declaração de Voto, dizendo as razões que me levaram a tomar a posição de abstenção. Independentemente das razões que possam estar subjacentes, quer aos Presidentes de Junta que assinaram este Acordo, quer à Câmara na posição que tem, acho que este documento não passa de uma picardia política e que tem como objetivo, não os acordos em si, mas sim segundos objetivos. Pelo que eu não quero nem estar de um lado nem de outro, pelo que me absteve. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Senhor Deputado José Carlos, faz favor. Declaração de Voto.” -----

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “Tomando como certa a palavra do senhor Presidente da Junta de Freguesia, e na ausência de contraditório, tendo tido o senhor Presidente da Câmara oportunidade de esclarecer, obviamente, tendo eu pertencido já a uma Junta de Freguesia e sabendo os magros recursos que temos, se a obra foi feita à luz do protocolo, é complicado neste momento terem que assumir a despesa completa se a Câmara não avançar com a parte dela. Portanto, por isso é que nós votámos favoravelmente. Se for este o único caso, não acredito, se foi, pelo menos temos um caso e tendo um caso já é complicado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Aires Diniz, Declaração de Voto, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDS):** “Eu estive dividido até ao fim entre o votar contra, a favor. E acabei por votar a favor, porque considero que as Freguesias precisam de desenvolvimento, precisam de resolver problemas. E, portanto, se há aqui qualquer coisa que falhou, e ainda por cima comungo das ideias que o José Carlos Breia Lopes disse também, e o facto do senhor Presidente não ter querido intervir também me levou a votar favoravelmente. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Senhor Deputado Marco Loureiro tinha pedido também uma Declaração de Voto.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. O voto do Bloco de Esquerda vai ao encontro daquilo que também já aqui foi transmitido. O senhor Presidente, nesta situação, também já como noutras, tinha oportunidade de esclarecer e acho que este é o espaço certo e o momento mais que certo para esclarecer estas situações. Não esclareceu. Ficou muita dúvida no ar e perante a dúvida há que ir a factos. E os factos é que vamos ter que acreditar claramente nestes Presidentes de Junta, que até ao momento não recebem esse dinheiro. Tudo o resto, se é picardia como aqui já foi trazido, se não o é, não nos cabe a nós esclarecer isso. Cabe aos eleitores que votaram e que, certamente, no futuro próximo, terão que ter as suas ilações relativamente a estas temáticas. E recordo, assuntos como estes já aqui foram trazidos, noutras vertentes e com outras temáticas, e o senhor Presidente limitou-se a não esclarecer e por isso é que criou problemas o não esclarecimento. É esse nível de contacto e de resposta para com os problemas que faz com que a Câmara tenha um nível de transparência, perante o cidadão, muito, mas mesmo muito abaixo. Muito obrigado.”

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Presidente de Junta, faz favor.” -----

- **António Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Rochoso e Monte Margarida (PSD):** “Para quem tem dúvidas, eu esclareço. Isto não tem muito que saber. Nós estamos a falar de dois tipos de acordos, Acordos de Execução e Acordos de Cooperação. Os de execução foram assinados para a legislatura. Estamos no meio do ano, isto sempre foi pago de três em três meses. Este ano, porque há eleições, pelos vistos recebem em mão quando vão aos Acordos de Cooperação. Ouvi dizer, não sei. Eu não sei, porque ainda não fui contemplado com coisa

nenhuma. E, sobre os de cooperação, nós tivemos que chegar a este ponto por uma razão simples. Eu, Presidente de Junta, mandei cinco e-mails ao senhor Presidente a chamá-lo à atenção e ele sabe. Eu tenho uma obra num cemitério, que é uma obra urgente, tem dois terrenos, se morrer alguém, se morrerem três e não tiverem lá nada, não tenho onde os sepultar. Mas para o senhor Presidente isso não interessa. Porquê? Eu gostava de saber. Portanto, se há assim tantas dúvidas, a gente esclarece. Nós nunca faríamos uma coisa destas, se não estivéssemos preocupados. E nossa preocupação é com quem nos elegeu, não é com o senhor Presidente. Ok? Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Senhor Deputado Monteirinho, faz favor.” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “Senhora Presidente, senhor Presidente da Câmara. O Partido Socialista não era para vir aqui falar nem fazer nenhuma Declaração de Voto. Mas perante aquilo que considera o início do fim deste atual Presidente da Câmara, que teve esta atitude desrespeitosa para com esta Assembleia, mas essencialmente para com todos os guardenses, não querendo esclarecer o que se passou, o que se passa, e o que se tem passado por as Freguesias que estão, estas três Freguesias, pelo menos, terem sido colocadas de lado. Não interessa se foi picardia, se deixou de ser. Aquilo que é importante é o ato em si e o ato foi de um desrespeito total perante os guardenses e perante esta Assembleia. Exorto a Presidente da Assembleia Municipal, perante a aprovação deste documento, que faça cumprir, até ao final desta semana, a execução dos acordos. Senhora Presidente, tem nas mãos a deliberação, tem nas mãos o poder que efetivamente esta Assembleia lhe transmite, e faça o favor de exortar a atual Vereação da Câmara a cumprir aquilo que é e que está plasmado nesta Moção apresentada. Um desrespeito total. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Ricardo.” -----

- **Deputado Ricardo Antunes (PS):** “Antes de mais, boa tarde a todos. Sem ser repetitivo, eu também estive até ao fim para me abster, efetivamente, porque não tinha qualquer conhecimento técnico sobre o assunto. O que é que me levou a votar contra? É algo que, como cidadão e jovem da cidade, eu não quero que aconteça na cidade onde eu moro. Se é verdade a expressão que foi usada pelo Presidente de Junta em relação ao senhor Presidente, ou o senhor Presidente se defende e diz que não é verdade e apresenta, efetivamente, a sua versão, ou então não podemos viver numa cidade em que um Presidente de Câmara, que é eleito pelo menos por aquelas pessoas que lhe dão confiança, que use este tipo de expressões, porque haja ou deixa de haver guerrilhas internas do partido ou de eleições. Há certas expressões que uma pessoa que é eleita e que representa toda uma população não pode usar e não deve usar. E eu pedia mesmo ao senhor Presidente que aproveitasse a oportunidade para se defender em relação a isto. Porque dizer que as coisas vão para o fundo do poço, acho que foi esta a expressão, passo a expressão, usada, só porque há uma questão de guerrilhas, isso nunca pode sair da boca de um Presidente de uma Câmara de uma cidade como a Guarda.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado Martinho, faz favor.” -----

- **Deputado António Martinho (PSD):** “Boa tarde a todos. Senhora Presidente, sinta-se cumprimentada e automaticamente toda a gente. Eu abstive-me porque acho que nós vamos percebendo que há aqui uma picardia. Já foi falado por alguém e eu uso a mesma palavra. Há aqui uma picardia, não é? Jamais o senhor Presidente perdeu a palavra, porque não perdeu. Agora, quando há uma picardia, leva-nos a pensar o que se passará, não é? A mim também. Portanto, está aqui assinado por três Presidentes de Junta, não está assinado por todos. No caso, sou da Castanheira, no caso da Castanheira também não sei, não me chegou informação. (...) Mas também não chegou a informação, eles também sabiam que eu iria votar. Abstive-me, porque não sabendo de todos os fatos, e sabemos que há aqui uma picardia, voltamos a falar na palavra, entre algumas Juntas e a Câmara e tudo mais, não sabemos as restantes Freguesias se o caso é mesmo este. Caso a caso, não sabemos. Acredito que não seja. Jamais poderá acontecer todas as Juntas de Freguesia estarem neste patamar. Portanto, como é caso a caso, o senhor Presidente não fala, ele saberá porque não fala. É claro que a gente também gostava que o ouvisse. Mas sabe-se lá se não será melhor assim, não sei. Claro está que toda a gente quer que haja dinheiro para as Freguesias, que os protocolos funcionem, prazos, tudo certinho. Também já alguém falou que, se calhar, alguns estão no patamar de ainda não estarem em condições de receber até sexta-feira, não sabemos. Portanto, até sexta-feira ter tudo pago, tudo pago, tudo pela mesma bitola... não sei, eis a questão. Não sei. Por isso me abstive.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Calma. Eu dei-lhe a palavra, senhor Presidente. Não quis falar quando eu lhe dei a palavra, agora espera que eu lhe dê. Mais alguém para falar? Não? Muito bem. Só, muito rapidamente, duas palavras sobre isto. O meu voto foi no sentido favorável, não porque esteja preocupada com picardias, mas porque, mais uma vez, também entendo que o senhor Presidente faltou ao respeito a esta Assembleia, porque o senhor Presidente entende que não é neste espaço que deve prestar contas. Mas está enganado. É exatamente neste espaço que tem que prestar contas aos cidadãos da Guarda. E, nesse sentido, se eventualmente alguma das coisas que está neste documento não é verdade e se precisava de clarificação e de informação aos Deputados e aos Presidentes de Junta aqui presentes e aos cidadãos da Guarda, eu permiti e dei-lhe a palavra. Tinha a obrigação legal e o dever ético de o ter feito. Não o tendo feito, eu entendo que tenho que entender como verdadeiro o que está no documento. Mas também verifiquei com agrado que vários Presidentes de Junta não precisam de dinheiro e terão muito dinheiro, porque alguns votaram contra e, portanto, estarão plenamente satisfeitos. Foi por isso o meu sentido de voto favorável a este documento, porque entendo, sempre entendi, sabem isso, não é novo, continuarei a entender que a Assembleia Municipal é o espaço adequado para que o Executivo preste contas aos cidadãos da Guarda, nomeadamente quando em causa estão deliberações da Assembleia Municipal que eventualmente possam não estar a ser cumpridas e que têm obrigação legal de ser cumpridas. Muito bem. Senhor Presidente da Câmara, tem a palavra, faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Muito boa tarde, senhora Presidente da Assembleia Municipal, também restante Mesa, cumprimento os Membros do Executivo, todos os Deputados da Assembleia Municipal aqui presentes e também aqueles que nos seguem por via digital, também todos os presentes, os senhores Jornalistas. O Presidente da Câmara da Guarda não tem problemas em esclarecer o que quer que seja. Mas, com subterfúgios, preconceitos ou populismos falsos do Partido Socialista, isso nós não vamos lá. Porque falta de respeito, considero eu, é exigir, como foi o Partido Socialista e muita gente aqui, algumas pessoas seguiram este raciocínio ilógico, sem pressuposto, sem fundamento, daquilo que aqui foi dito. Quando se apresenta uma Moção em cima da hora, com esta (como é que ei-de dizer, não me surge o adjetivo) com esta veleidade, com esta agressividade até, para o Presidente da Câmara ser aqui apontado como o carrasco deste problema. Isto não pode ser. Nós temos que nos dar ao respeito por esta Assembleia. O Partido Socialista veio aqui usar-vos, a instrumentalizar esta Assembleia, que a própria senhora Presidente da Assembleia acaba por pôr na minha boca coisas que eu não disse e acaba mais, acaba por aceitar, como presumível culpado, o Presidente da Câmara. Isto é que não pode acontecer numa Assembleia Municipal. Nós estamos num espaço de debate democrático e público. Eu não fiz questão de usar a palavra naquele momento. Podia-o ter feito, já que muita gente ficou com dúvidas sobre esta matéria. Oito anos não chega, nem os últimos dois. Eu vi aqui pessoas a votar com os Acordos de Cooperação totalmente pagos. Totalmente pagos. O caso da Faia, está totalmente pago o Acordo de Salvaguarda Rural. Podia dar outros exemplos. E a minha questão, a minha questão concreta é: nós fizemos... e na relação com os Presidentes de Junta, todos sem exceção, nenhum bate à porta do Presidente da Câmara que não resolva a situação que nos solicite. Depois, temos agora em Aldeia do Bispo a marcação do Acordo de Cooperação no próximo domingo. No fim de semana passado, assinámos mais Acordos de Cooperação. Alguns até nos acusam de populismo, porque estamos em cima das eleições. O Partido Socialista acusa-nos de populismo porque estamos a assinar Acordos de Cooperação. Bem, temos que nos entender. Algum dia nós deixámos de cumprir? O Partido Socialista vem agora dar aqui, hoje, um sinal de vida, a dizer que afinal este Executivo não paga às Freguesias. Alguém aqui se pôs a jeito, é verdade. Mas isso fica com cada um e eu não me pronuncio mais sobre essa questão. Garantia, tal como fizemos sempre, nós assinámos, apresentámos uma proposta aprovada em Assembleia Municipal para assinar os Acordos Salvaguarda Rural. Demos 30 mil euros, prevemos entregar 30 mil euros a cada uma das Freguesias. Nós já fizemos vinte e um Acordos de Cooperação de 30 mil euros. Faltam vinte e duas Freguesias. No próximo domingo vamos fazer mais uma ou duas Freguesias e assim sucessivamente iremos pagar. Claro que, como disse aqui o senhor Deputado Pedro Nobre, também é verdade que alguns necessitam de projeto. Tivemos agora em Famalicão, estivemos a assinar um Acordo de Cooperação, falta ainda uma autorização do Parque Natural da Serra da Estrela. Aguardamos essa autorização, a obra iniciará. Noutros casos, também alguns será por questões administrativas, outros é uma questão de agenda do Presidente. Mas claro que o Presidente responderia melhor, já que ficaram alguns aqui tão preocupados, se esta Moção não tivesse sido apresentada hoje, se tivesse sido entregue. Como, aliás, a boa prática e a ética política o exige, é que nós nos preparemos com antecedência e por isso temos os documentos com antecedência. A isto chama-se chicana política, bem feita por alguns e apoiada por outros. E é isso que eu não permito. É assim que eu não exerço a função que me

é confiada e também não é assim que me relacionei, nestes oito anos enquanto Vice-Presidente, e nestes últimos dois como Presidente, com os Presidentes de Junta. Têm o meu respeito, têm a garantia que eu cumprirei pontualmente aquilo que é a minha obrigação enquanto compromisso expresso, assinado, com cada um de vós. E, portanto, não é nem um, nem dois, nem três, ainda que apoiado pela bancada do Partido Socialista, que vem dizer ao Presidente quando deve falar, que vem dizer ao presidente quando deve pagar, porque nós cumprimos aquilo que assumimos. É uma imagem de marca do exercício da causa pública. E não é nesta fase que nos vão atirar com areia para os olhos para enganar o povo, para enganar populisticamente aqueles que aqui, em debate, querem que as coisas desenvolvam, que cresçam, que continuem nesta senda de apoio às Freguesias. Porque é 1.2 milhões de euros que nós nos comprometemos a entregar e que iremos pagar no mais curto espaço de tempo. E isso, é a nossa palavra que está em causa. E eu não admito que a coloquem, como algumas pessoas aqui vieram, nesta Assembleia, não só desrespeitando a Assembleia, mas também este Executivo. E isso não devia ser permitido em Democracia. Disse, obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Este assunto está encerrado agora. Nós ainda não terminámos o período antes da ordem do dia. E eu dei a palavra ao senhor Presidente, porque como ele não quis falar antes, falou agora. Alguém quer intervir ainda sobre algum tema no período antes da ordem do dia? Temos tempo para o fazer. Senhor Deputado Monteirinho, faz favor.” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “Senhora Presidente, muito obrigado. Senhor Presidente da Câmara, com todo o respeito que me merece e continuará sempre a merecer, disse-lhe e vou-lhe transmitir aquilo que lhe disse, mais uma vez, que é o seguinte. Simplesmente isto. Em primeiro lugar, houve oportunidade e o senhor Presidente foi desafiado para esclarecer. O senhor Presidente recusou-se a esclarecer esta Assembleia e todos os guardenses. Que fique claro, objetivamente, que o Partido Socialista não conversou, não conversa, não dá pontapés debaixo da mesa, não joga com a árvore atrás do arbusto ou com a mão atrás do arbusto, como se costuma dizer, em nenhuma circunstância. O PS não é assim, o PS é pela democracia, pela verdade, olhos nos olhos. E com esta verdade lhe transmito, foi desafiado para falar, não falou, faltou ao respeito. E depois vem acusar o Partido Socialista de instrumentalizar alguém. Os senhores Presidentes de Junta que aqui estão, pelo menos os três que apresentaram esta Moção, nada têm a ver com o Partido Socialista. Eu penso que foram eleitos pelo PSD. Senhor Presidente, foram eleitos pelo PSD. O que é que o Partido Socialista tem a ver com estes Presidentes de Junta notoriamente? Só uma coisa, senhor Presidente, sabe o que é que tem a ver? Quando o senhor Presidente diz que cumpre, mas afinal a sua palavra não é verdadeira. Não cumpriu com estes três Presidentes de Junta. Mas não é o senhor Presidente, é o desrespeito pelo Executivo Municipal que aprovou os Acordos e por esta Assembleia. Por isso é que eu exortei a senhora Presidente da Assembleia Municipal a fazer cumprir esta Moção que foi aprovada. E mais, senhor Presidente, o Partido Socialista está na casa da democracia para o debate de ideias, não está na casa da democracia para estar a ser enxovalhado perante uma Moção que nada tem a ver com o Partido Socialista. Tem a ver com o seu partido. Senhor Presidente, com o seu partido, com o Partido Social Democrata. Toda a gente já percebeu, nesta cidade, efetivamente, que o partido desapareceu. O Partido Social Democrata, o projeto que existiu

e que foi sufragado, há quatro anos, com maioria. E bem. E bem, se quer saber, na minha opinião, e penso que todos os guardenses, por isso é que lhe deram maioria. Acabou, senhor Presidente. E o senhor Presidente tem que olhar e verificar que esse projeto terminou. Há um novo projeto, há uma nova expectativa perante os guardenses. Vossa Excelência conduziu a Guarda num determinado período complicado, não é mais o condutor da Guarda nos próximos anos. Diz isso o Partido Socialista, e perante esta Assembleia ficou claro e objetivo que esse não é o caminho. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem, eu há dias estava muito aflito, porque não tinha temas para trazer a esta Assembleia. Mas, entretanto, começaram a aparecer tantos temas que eu não vou ter tempo para dizê-los todos. Depois vou, ao longo destes minutos que vamos viver aqui, para falar deles. Eu queria falar sobre a questão da internet. Num mundo em que se apela aos nómadas digitais, e eu sou um deles, eu ando a passear pelo mundo e quero ter acesso, em qualquer parte do mundo, à internet, e na minha aldeia, que é Pousade, tenho dificuldades. E tenho dificuldades e preciso que haja fibra ótica em Pousade, em Albardo, onde for, e quero que isso aconteça. Depois, também há problemas com a recolha de lixo. Há problemas e esses vão, mais ou menos, resolvendo. Ontem passou por Pousade uma camioneta que levou os colchões todos que andavam para lá perdidos. Depois, há aqui outro problema que é a Biblioteca Municipal. Na Biblioteca Municipal falta um bibliotecário já há vários meses. Uma bibliotecária reformou-se, o outro foi-se embora e o que é certo é que precisamos que a biblioteca sirva para aquilo que é o trabalho das pessoas, como eu que sou investigador. Neste momento, há dez anos que passei a investigador a tempo inteiro com a minha reforma. A minha reforma é a minha bolsa de estudo. E o que é certo é que há jovens que precisam ter acesso à biblioteca. E os jovens também precisam de ter acesso à internet nas aldeias, porque, neste momento, nós vivemos todos confinados e precisamos de internet em todo o lado, até para podermos aceder às informações e aos contactos entre nós, que são contactos de cooperação. Eu, por exemplo, que tenho estado ali em Pousade, há dias tive que participar num congresso que era no Gabão e foi ali em Pousade que eu entrei. Mas o que é certo é que estas ligações internacionais, que eu tenho que viver porque é essa a minha vida, é essa a vida que eu escolhi, não é só para mim, mas é para toda a gente que queira estar neste mundo. Há depois aqui a questão, muitas questões que têm a ver... hoje o senhor Presidente, tenho que lhe agradecer, porque hoje respondeu-me a um requerimento, que eu fiz há dias, que tem a ver com o mau funcionamento da biblioteca. Porque na biblioteca há uma livraria Municipal em que nós, escritores da Guarda, pessoas que trabalhamos pela honra e dignidade da Guarda, queremos vender os nossos livros e os livros que eu lá pus há uns anos desapareceram sem que me fosse pago. Um deles até foi vendido à minha frente. E o que é certo é que isto, ou seja, nós, os escritores da Guarda, temos que ser honrados pela própria Câmara Municipal da Guarda, porque nós somos a força que permite à Guarda afirmar-se numa cidade da cultura. Há aqui outras questões, e hoje não vou dizer já tudo, há a questão do subsídio em penosidade e risco, que também está parado, e que era necessário que os funcionários da Câmara pudessem ter esse subsídio. Há outra coisa, eu não ando de transportes coletivos porque vivo ali em Pousade e para fazer a minha vida tenho que vir de

carro, mas o que é certo é que as pessoas que estão na Guarda precisam dos transportes urbanos da Guarda que não estão a funcionar. Houve aqui um problema que não conheço muito bem, gostava que o senhor Presidente esclarecesse, que foi um concurso público internacional que foi feito e que não está a ser executado. E, portanto, eu gostaria muito que o senhor Presidente explicasse porque é que não está a ser executado, porque nós, Guarda, temos que ter direito a transportes coletivos, assim como têm outras cidades como, por exemplo, Coimbra, Bragança, Castelo Branco, Covilhã, e provavelmente outras terras por aí. Depois, há a questão de que houve um concurso para entrada de trabalhadores, que já prestaram provas e que nunca mais entram em funções. Nós queremos que a Câmara admita os funcionários que são necessários e que os use a favor da cidade. Depois, há aqui a questão das mobilidades para técnicos superiores, as mobilidades para assistentes operacionais, para assistentes técnicos, tudo isto é importante para valorizar os trabalhadores da Câmara e, portanto, é necessário que esses trabalhadores tenham essas vantagens, vantagens que são dignas e que são legítimas. Depois há a questão dos estaleiros municipais que dizem que estão perigosos e indignos para os trabalhadores. Depois há outra questão, que eu já estou quase a esquecer, que é a questão do Polis e há a questão das águas. Hoje, comecei a minha manhã a ir a um comércio e estava o comerciante a tentar telefonar para a Câmara, para o serviço de águas, e não lhe respondiam. E eu, há um pedaço, a um amigo que está aqui, perguntei porque é que isto acontece, e o que é certo é que estas coisas não podem acontecer. A Câmara tem que ser uma instituição ágil a resolver os problemas dos munícipes, as pessoas que estão nas Câmaras têm que responder e atender os telefones e têm que resolver os problemas que existem na cidade. Isso é importante. Nós não podemos viver numa cidade em que as coisas não são resolvidas e, portanto, nós queremos que tudo avance. E, portanto, era isto que eu queria dizer, por enquanto, e obrigado por me terem atendido.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. O Marco tinha-me pedido para falar também. Faz favor, senhor Deputado Marco Loureiro.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Obrigado, senhora Presidente. Gostava de fazer aqui algumas questões ao senhor Presidente. Ao Bloco de Esquerda chegaram, por várias vezes, algumas denúncias, relativamente ao surgimento de dezenas e dezenas de peixes mortos junto à Barragem do Caldeirão. Concretamente no dia 19 de maio, na zona de banhos; dia 21 de maio, zona de banhos e pesca desportiva, e, no dia 30 de maio, na própria albufeira. Foram feitas algumas queixas ao SEPNA e, por isso, gostaríamos de saber se surgiram essas denúncias, se é do conhecimento da Câmara e a que é que se deveu esta situação. Tendo em conta também que nos preocupa que aquela linha de água é uma linha que passa, como todos sabemos, que dá também agora muito recentemente a Aldeia Viçosa, também teve bandeira azul, isto é, na praia fluvial. Tudo isto é preocupante, se algo de mal possa acontecer permanentemente, ou pelo menos de vez em quando é de prevenir e tentar perceber qual é o problema que levou a que aparecessem tantas dezenas de peixes mortos. Já que estamos ainda numa situação aqui que estou a apresentar relativamente à preocupação ambiental, também foi trazido a público que a despoluição do Rio Noéme estaria dependente de um investimento de 80 mil euros. Isto é, construção de dois tanques de filtragem e das ligações a uma fábrica têxtil que, por sinal, é o principal foco de poluição. Senhor Presidente, gostaríamos que ficasse aqui esclarecido, por parte da Autarquia, de quem é que vai pagar

esse investimento, porque parece-nos a nós que, se está identificado o causador da poluição, a entidade privada tem que pagar isso. Não é os munícipes a pagarem essa fonte de poluição. Por isso, queremos que isso fique esclarecido quem é que irá pagar este dinheiro. Relativamente ainda a alguma precariedade das próprias instalações dos estaleiros municipais, preocupa-nos, e não conseguimos perceber, como é que os edifícios da antiga Junta Autónoma das Estradas, requalificados, pensados para os trabalhadores, vão ser, segundo a Câmara, cedidos a outra entidade. Se foram requalificados, têm todas as condições para os trabalhadores, para os equipamentos, porque é que são os trabalhadores, mais uma vez, a serem colocados para segundo plano e lá se irá descobrir depois, num futuro próximo, outro local para ceder como instalações dignas aos trabalhadores da Câmara Municipal da Guarda relativamente àquelas secções. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Henrique, faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Obrigado, senhora Presidente. Eu pedia à equipa técnica daqui do TMG, que cumprimento, se podíamos avançar com a projeção que eu aqui tenho.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não conseguem abrir o documento, é? -----

- **Deputada Teresa Silva (PS):** “Senhora Presidente, se me permite, nós aqui em casa ficámos sem imagem de vídeo...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Eu sei, é temporário. Mas ouvem-nos? -----

- **Deputada Teresa Silva (PS):** “Agora sim, mas há momentos não.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não ouviam porque também não se ouvia nada na sala. Eles estão a tentar fazer uma projeção de um documento que o senhor Deputado do CDS quer passar, mas não estão a conseguir. Penso eu que foi por isso que ficaram, temporariamente, sem imagem. Estou certa, é isso? Ok. É por isso.” -----

- **Deputada Teresa Silva (PS):** “Vamos então aguardar, obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “E não ouviam provavelmente porque não havia barulho na sala.” -----

- **Deputada Teresa Silva (PS):** “Com certeza, vamos então aguardar. Obrigada, senhora Presidente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Obrigada, eu. (...) Conseguem? Senão, eu ia pedir ao senhor Deputado Pedro Nobre que fizesse a intervenção dele enquanto vocês aguardam... já está? Muito bem. Eu penso é que em casa provavelmente não vão ver isto. Ou vão? Conseguem ver? Em casa estão a ver a apresentação? “ -----

- **Deputada Teresa Silva (PS):** “Nada, senhora Presidente. Continuamos sem imagem... Agora temos imagem, sim.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “E conseguem ver a projeção dos slides?” -----

- **Deputada Teresa Silva (PS):** “Conseguimos, sim senhora.” -----
- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem.” -----
- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Eu chamei-lhe cartão de visita, mas é um mau cartão de visita para a Guarda. E depois recorri à sabedoria popular: o que nasce torto, tarde ou nunca se endireita. Efetivamente, esta infraestrutura padece destas patologias desde a sua construção. E, recentemente, foram investidas lá algumas somas significativas, mas pelos vistos nada ficou corrigido. Eu, há dias, tive que ir com uma pessoa ao Centro Coordenador de Transportes. Como já não ia ao cais já bastante tempo, deparei-me com estas situações e fiz o registo delas. É só. Obrigado.” -----
- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Terminou a sua intervenção?” -----
- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Sim.” -----
- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Uma imagem vale mais do que mil palavras. É isso?” -----
- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Tal e qual.” -----
- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Senhor Deputado Pedro Nobre, faz favor. Se quiser pode usar aquele. Escusávamos de estar à espera, entretanto.” ---
- **Deputado Pedro Nobre (PSD):** “Boa tarde a todos, mais uma vez. Vou falar de um assunto que não diz respeito diretamente à Câmara Municipal da Guarda, diz respeito a todos os que cá vivemos e a todos os que nos visitam. Não tenho fotografias, porque acho que ainda não atualizaram os preços que se vão passar a pagar nas portagens, só a partir de amanhã. Eu, através deste local, gostaria de dar os parabéns a todos os grupos parlamentares com assento na Assembleia da República, excetuando, naturalmente, o do PS, porque foi o único que votou contra a redução de 50% nas portagens. Situação que lamento, na qualidade de guardense e na qualidade também de empresário, pois é evidente a redução de visitantes que a nossa região tem tido, ao longo destes anos, consequência precisamente do pagamento exorbitante do valor das portagens na A23 e na A25. É claro que a partir do momento em que essa decisão está tomada e que já foi promulgada pelo senhor Presidente da República, por isso, amanhã ou a partir de amanhã, uma parte significativa da proposta que o PSD fez irá ser concretizada, faltando apenas uma parte que diz respeito à redução de 75% dos carros elétricos, situação essa que, pelos vistos, por razões técnicas, sabe-se lá isso o que quer dizer, não é possível fazer essa redução dos 75% nessas viaturas. É possível, nos outros todos, 50. Mas nessas, 75, razões técnicas, não é possível. De maneira que isto, se calhar, poderia ter sido feito através de uma moção. Uma moção, enviada a todos os grupos parlamentares da Assembleia da República, agradecendo. Não tive oportunidade de o fazer, mas também não queria deixar passar em claro e agradecer aos representantes desses partidos, aqui sentados, esse contributo que está a dar a toda uma região. A nós, que nos diz respeito diretamente, mas, como é de conhecimento de todos vocês, muitas outras regiões do País irão beneficiar. Daí o nosso muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Não? Não há intervenções? Senhor Presidente, ainda tem alguma... Sim? Faz favor, senhor Deputado.” -----

- **Deputado António Monteiro (PS):** “Senhora Presidente, senhor Presidente. Queria, neste momento, e uma vez que nos aproximamos das eleições autárquicas, saudar, no espaço da democracia, todos aqueles que se apresentaram como candidatos. Tentarei seguir aqui a ordem das apresentações. O Luís Couto, candidato do Partido Socialista; o Professor Jorge Mendes, como candidato do Bloco de Esquerda; do PCP, o Honorato Robalo, candidato; o Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara, candidato pelo PSD. Penso que, até à data, terão sido estes os candidatos que se apresentaram. Saúdo-os a todos de igual forma. E evidentemente que a democracia tem que ter adversários, quando não existem adversários não existe a democracia. Mas isso todos vocês sabem que é assim. Assim sendo, o Partido Socialista gostaria de salientar dois ou três aspetos que são importantes e que convém salientar, porque estão em cima da mesa em todo o momento e serve de alerta para situações que possam vir a acontecer no futuro e no futuro imediato. O Presidente da Câmara é, a partir de sexta-feira, Presidente da Câmara e candidato pelo Partido Social Democrata, e, assim sendo, exige-se o dever de imparcialidade numa e noutra funções. Aquilo que se tem passado e aquilo que nós temos observado, e penso todos os guardenses têm observado, é que existe aqui alguma confusão entre o candidato Carlos Chaves Monteiro e o Presidente da Câmara Carlos Chaves Monteiro. E, assim sendo, esta minha intervenção tinha que vir nesse sentido para alertar para esta situação, evitando que, de alguma forma, venham, mais tarde ou mais cedo, dizer que se está a tentar aproveitar politicamente de uma ou de outra situação e que me parece óbvio que agora existe um escrutínio apertado, porque o Presidente de Câmara deixou de ser só o Presidente de Câmara e é também o candidato do Partido Social Democrata às próximas eleições autárquicas. Não podia deixar de salientar quatro ou cinco aspetos daquilo que tem sido a mensagem que tem passado para a opinião pública. E essa mensagem tem saído de alguma forma deturpada, ou diria de uma forma incorreta, que é tentar dizer que tudo aquilo que se prevê fazer e aquilo que tem até uma dinâmica de desenvolvimento para a nossa região e que será uma alavanca de desenvolvimento para essa mesma região, a nossa, em concreto, possa, de alguma forma, dizer que o único titular e a única pessoa capaz de concretizar essa estratégia que é o atual Presidente da Câmara. O que me parece perfeitamente errado, nomeadamente em duas questões que saíram na comunicação social, dizendo que o Porto seco só virá para a cidade se, eventualmente, o Carlos Chaves Monteiro continuar a ser o Presidente da Câmara. É uma profunda mentira, com lastro daquilo que é a atuação e daquilo que é a confusão entre o Presidente da Câmara e o candidato. Como outras, nomeadamente no que diz respeito à apresentação da estratégia da habitação, que hoje vamos aqui votar num dos pontos da ordem de trabalhos, e que o Presidente da Câmara apresentou como candidato à Câmara Municipal. Assim sendo, o Partido Socialista, e não querendo objetivamente, no futuro, ser acusado de aproveitamento político, alerta, por antecipação, para esta situação que está a acontecer e que vai acontecer, com toda a certeza. Mas como o Partido Socialista, e eu disse no início, não estamos na vida política para tirar dividendos daquilo que é o instrumento tocado por outros, nós queremos tocar e queremos tirar os dividendos que temos de tirar, dentro dos guardenses, por aquilo que é a nossa

atuação. E, nesse campo, nós temos tido, e penso que é reconhecido por todos, uma atuação, não de confronto, mas de apresentação de propostas. É por aí que passa a estratégia do Partido Socialista. É por aí que deve passar aquilo que deve ser a linha de atuação do Partido Socialista nas próximas eleições e neste período que antecede as eleições autárquicas. Mas não podemos deixar de ter este tipo de intervenção. E alertava, e se me permite, alertava todos os presentes para aquilo que pode ser a judicialização do processo político. Acho que esse não é o caminho, não deve ser esse o caminho. O que interessa aos guardenses, neste momento, é o que se passa dentro do debate das ideias e da apresentação de propostas. E, assim sendo, é essa a estratégia que o Partido Socialista vai apresentar aos guardenses e não estará disponível para qualquer jogo debaixo da mesa, como já hoje aqui fui acusado. No entanto, quando se fala nalgumas ideias que são hoje discutidas e debatidas na nossa sociedade, temos que ver que, grande maioria dessas ideias, e do debate e das propostas, têm saído e têm sido alavancadas pelo Governo do Partido Socialista, na nossa região. E o Governo está a apostar seriamente nisso. E, por isso, saúdo efusivamente o Partido Comunista e, evidentemente, o Partido Socialista, porque aprovaram o orçamento. E nesse orçamento, evidentemente, que está lá a diminuição das portagens para a nossa região. E, assim sendo,..." -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** "Senhor Deputado, eu tenho que lhe pedir que seja muito breve, porque já excedeu o seu tempo em muitos minutos. Portanto..." -----

- **Deputado António Monteiro (PS):** "Senhora Presidente, termino já. Respeitando, com todo o respeito que me merece, termino já. Mas aquilo que faço, como resumo desta minha intervenção, é saudar todos os candidatos e todos aqueles que ainda venham a aparecer. Espero que sejam mais. É isso que os guardenses também esperam, que possam ter um leque e um naipe de opções para poder votar nas próximas eleições autárquicas. E, assim sendo, agradeço também a todos aqueles que se disponibilizam para este combate político. Não é fácil. Serão acometidos de muitas situações imprevisíveis, mas tenho a certeza que todos sairão da melhor forma e a Guarda e os guardenses darão, como sempre, o exemplo que têm que dar nas próximas eleições autárquicas. Muito obrigado, senhora Presidente, elementos do Executivo, muito obrigado." -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** "Muito obrigada. Senhora Presidente de Junta de João Antão, Eugénia." -----

- **Eugénia Nunes, Presidente da Junta de Freguesia de João Antão (PSD):** "Senhora Presidente, restante Mesa, senhor Presidente, todos os elementos desta Assembleia. Eu venho aqui só referir, relativamente à despoluição do Rio Noéme, existe legislação específica e, portanto, aquando da constituição de qualquer empresa, para ser licenciada, requer de uma licença para proceder ao lançamento dos efluentes no rio. Portanto, para ter essa licença pedem autorização ao Município que, nessa declaração de receção desses efluentes, exige que seja efetuado um pré-tratamento e com análises periódicas que cumpram os parâmetros laboratoriais e, após esse cumprimento, é então efetuado o lançamento na linha de água. Portanto, qualquer empresa que cumpra estes requisitos, em princípio não irá causar danos nessa linha de água. Portanto, eu penso que é uma questão do Município exigir a todas as

empresas o cumprimento desse pré-tratamento, dessas análises periódicas dos parâmetros analisados. Obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhora Presidente de Junta. Não há mais intervenções? Agora sim, senhor Presidente, tem a palavra.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhora Presidente. Cumprimento mais uma vez todos. Uma justificação prévia, há pouco não a dei, que tem a ver efetivamente com a ausência do Vice-Presidente que exerce, neste momento, funções de Presidente da Assembleia dos Caminhos de Santiago e está nessas funções. Também a senhora Vereadora está a assinar um protocolo, em Lisboa, com a senhora Ministra da Coesão, relativamente aos coworking que vão ser instalados. Aqui na Guarda um em particular, mas também por todo o país, razão pela qual o Município da Guarda teve que estar representado. E estou eu aqui com a senhora Vereadora Lucília. -----

Relativamente às questões que me são colocadas, vou ver se consigo ser rápido. Começando aqui pelo João Carlos Breia, dizer-lhe que ainda hoje passei lá naquele espaço. De facto, a rotunda tem uma reentrância. Quando entramos na própria rotunda, dá para ver perfeitamente todo o espaço longitudinal da passadeira. Portanto, está a querer criar um caso onde efetivamente não há. Mas ok, vamos todos ter a sensibilidade do senhor Deputado, há ali umas folhas a mais. É preciso cortar porque verdadeiramente não se consegue lá chegar bem. Mas percebemos, registamos. Eu passei lá hoje de propósito. Não tem problema nenhum. Passem lá. O caixote do lixo, há um acesso à passadeira, por via até das pessoas que têm dificuldade e mobilidade reduzida, e o caixote do lixo está em cima, nem nada a ver com o acesso à passadeira. O senhor Deputado entende, dada a sua sensibilidade, nós respeitamos, cá estaremos amanhã, talvez com aparelhos de previsão, para ver quando é que o ângulo de visão não é possível. Mas pronto, é este o nível de avaliação que nós hoje temos aqui. O senhor Deputado, mais uma vez, estamos em plena obra da Afonso Costa, Alexandre Herculano, Soeiro Viegas. O senhor Deputado já fala dos STOP's, já fala dos estacionamento, onde ainda estamos a fazer o estacionamento. Mas ele já... ok, muito bem, senhor Deputado, muito bem, porque vamos até, se calhar, eu vou-lhe dar o contacto até do arquiteto que está a gerir isto, que é para já anteciparmos. E aos nossos técnicos, porque os nossos técnicos provavelmente não vão pensar como o senhor Deputado. Mas é esse o nível, é esse o nível quando diz que tem uma ligação direta, e tem, como todos vocês, se quiserem. Mas cá estamos nós agora a fazer esta avaliação. -----

Depois, senhor Deputado Barbosa. A ata a que se refere, eu tenho aqui, efetivamente, 19 de setembro de 2018. Razão pela qual não está ainda atribuído um espaço, como outros casos de toponímia, a uma rua com o nome do Dr. Mário Soares, primeiro porque não existe nenhuma rua disponível. Mas podíamos substituir o nome de uma rua e pôr lá o nome de Mário Soares. Isso era possível, mas a Comissão de Toponímia também não o defende e nós seguimos aqui um pouco também essa afirmação. Está no alinhamento daquilo que são nomes, e Mário Soares merece, tem que ter. Aguardamos essa gestão de novas ruas, novas vias, para poder dar o nome do Dr. Mário Soares a um espaço que seja condigno. Na altura, em 2018, colocou-se toda aquela Avenida, desde a “mão” até ao cruzamento do Modelo, e poderia ser a Avenida ou a Rua Doutor Mário Soares. Entendeu-se que era muito rural. E,

então, porque nós entendemos que havia de haver um consenso alargado, o Partido Socialista entendeu que era demasiado rural, e retirámos isso. Depois demos o nome do Cardeal Saraiva. No entanto, ficar com esta nota de que logo que seja possível, está identificada, e vamos tomar, de facto, a evidência daquilo que disse, daquilo que já vem de 2018 e queremos, efetivamente, honrar também Mário Soares com tudo aquilo que fez pelo país. Não temos nenhum preconceito quanto a isso, estamos à vontade. Mas é esta a limitação que é justificativa para o facto que justificou também a sua intervenção. -----

Depois, Deputado Aires Diniz, a recolha dos lixos, transportes coletivos, também os estaleiros municipais. Dizer que nós o que queremos é efetivamente valorizar os nossos trabalhadores, para assim também estarem mais motivados para o cumprimento do seu dever. O subsídio de penosidade vai ser pago este mês com efeito retroativo. Portanto, não andamos, também, assim tão mal como o senhor Deputado referiu. Dizer-lhe que na livraria, da parte da BMEL houve algumas modificações. É verdade que há algumas situações já identificadas. Estamos a corrigir, não será problema no futuro. Os transportes coletivos, o concurso terminou. Estamos a aguardar o visto do Tribunal de Contas. Logo que venha o visto do Tribunal de Contas, a nova empresa, de acordo com os novos objetivos, as novas metas dos transportes públicos urbanos, nós colocaremos uma resposta mais eficaz. Ainda mais eficaz porque a que existe é eficaz. Sabemos que pode não agradar a todos, mas nós temos a monitorização de toda a rede de Transporte Urbano. Mas, ainda assim, neste concurso, já contemplámos exatamente algumas das preocupações que vinham de trás, que nós confirmámos e iremos dar resposta. Mas a nova empresa, o novo modelo de transportes públicos urbanos, até que venha o visto do Tribunal de Contas, não é, não será implementado e manteremos tudo como está, de acordo com o caderno de encargos que vem de trás. -----

Deputado Marco Loureiro, peixes mortos. O SEPNA teve conhecimento, acompanhou esta questão. A APA fez análises à água para detetar a causa da morte destes peixes, aguardamos resposta. Portanto, não é o Município que tem competência e que tem conhecimento específico nesta matéria, mas duas entidades, o SEPNA e a APA. A APA, neste momento, nós aguardamos, efetivamente, que nos dê essa resposta. Curiosamente, um membro do Partido Socialista destacado, pelo menos agora tem funções, já tinha na Secretaria de Estado, agora tem também na candidatura do Partido Socialista, foi o primeiro, de uma forma veemente e claro, a dizer: “não, a Câmara tem que pagar os 80 mil euros. A Câmara tem que pagar os 80 mil euros”. Eu acho que também não tenho que pagar, porque não é nosso dever apoiar o lucro das empresas. Criar condições para o investimento, sim. Mas nós não temos que pagar investimentos privados. Mas, de facto, há aqui um interesse público relevante e a empresa tem que assumir essa responsabilidade. A próxima semana mesmo, estarei numa reunião com o Vice-Presidente da APA, que vem à Guarda para discutir também este tema e ver de que forma é que o Estado Português poderá ajudar a resolver. Não é o único foco de poluição do rio, ok? Pode ser um dos principais, mas não é o único. Nós estamos a monitorizar. A seu tempo, essa monitorização dará alguns resultados e nós temos uma visão mais objetiva do que está a acontecer. Também é certo que, dos contactos e na relação com as várias empresas que se alinham com o leito do rio Noéme, nós temos a informação, e na colaboração existente, já estão a tomar medidas algumas das empresas, designadamente com a construção de Etar’s. A precaridade do estaleiro municipal, não tem uma coisa a ver com a

outra. A maioria dos trabalhadores está na parte superior à antiga JAE, onde vamos instalar o IMT. Mas também para os trabalhadores da Câmara Municipal da Guarda nós temos uma solução que apresentaremos a seu tempo, que tem que ser rápida. Há um edifício que está na nossa perspetiva, que pode ser e é, com certeza, adequado a albergar todos os serviços externos da Câmara Municipal da Guarda. E vai acontecer. Portanto, aquela parte que está afeta hoje, em termos de Protocolo, ao IMT, que é o reforço da posição do Estado também no nosso território, nós fazemo-la prevalecer. Mas não é à custa de diminuir as condições de segurança e bem-estar dos nossos trabalhadores. Nunca será. E, portanto, também os trabalhadores, aliás, alguns até sabem porque eu já transmiti, que há de haver um espaço que nós temos em mente, que vai ser adaptado, requalificado e agora no PRR e também no PT2030, onde nós iremos dotar esses espaços de uma requalificação digna para os serviços externos da Câmara Municipal da Guarda. É isso que vamos trabalhar. O cartão de visita, o Centro Coordenador de Transportes. Sabemos que foi feita essa intervenção há uns anos atrás. De facto, colocar tinta por cima de mosaicos e de azulejos provoca, e com as intempéries, provoca esta circunstância. Teremos que rever algumas das questões que têm a ver com a manutenção. Mas também já sabemos que o edifício, com mais de 30 anos, vai ter sempre estas... porque é uma construção antiga, pouco adaptada àquilo que são as condições climáticas, muito calor, muito frio, materiais envelhecidos e, portanto, consequências negativas para o estado que nós queríamos que ele se mantivesse. Mas não é assim tão fácil conseguir atingir esse resultado. -----

Para o Deputado Monteirinho, dizer-lhe que essa sua preocupação... quer dizer, mais uma vez, sub-reptícia, no nosso entender, porque quando é que vamos deixar de ver os membros do Governo virem até ao Território na Guarda prometer Lares, Instituições de Solidariedade Social? Nós vemos isso. Para quando é que isso deixa de existir? E só são os autarcas candidatos a discutir programaticamente aquilo que é melhor para o Concelho. Temos que começar também aqui a delimitar quando é que os membros do Governo deixam de ter interferência na ação das Autarquias Locais. E, portanto, senhor Deputado, antes de olharmos para os telhados de vidro dos outros, devemos olhar para os nossos, e não vir aqui usar de um certo pretensiosismo, ou até de alguma ética republicana, que não têm. E depois dizer ao Presidente da Câmara que ainda agora estava aqui a criar, com a ajuda do Partido Socialista, e muito bem, é a sua estratégia, a gente já compreende. É preciso é não acreditar em tudo o que vem dali, porque é perigoso, de facto. É perigoso no passado, no presente e será no futuro. Porque é verdade, tudo estará em causa se o Partido Socialista ganhar estas eleições. Que não vai ganhar. Porquê? Porque, efetivamente, estiveram lá quarenta anos e nós sabemos a derrota, o fracasso que foi esta política Socialista. E nós não queremos mais isso. Portanto, não há plano B e o plano A é aquele que nós encabeçamos. E, portanto, nesse sentido, temos que ser responsáveis. E quando nos querem dar lições de prática política ou de ação autárquica, não é dali que nós vamos receber. Podemos apreender noutros areópagos, mas não neste. Não neste porque já sabemos. É que nalguns casos até podemos ser enganados, mas neste já sabemos o que é que dali vem. Portanto, senhor Deputado, naquilo que se refere ao cumprimento das regras, cumprirei aquilo que a lei me determinar. Até lá, naquele rigor que o senhor aqui quis implementar, tenho-lhe a dizer o mesmo, que é: cuidado. Que bem basta os candidatos, os candidatos são os agentes políticos neste período

eleitoral, e, portanto, não precisamos aqui da mãozinha do Governo, que não é invisível, podia ser, mas não, é bem evidente por todo o país e aqui em particular. Portanto, antes de atirmos a pedra, cuidado que a pedra pode fazer ricochete. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. E temos, então, terminado este período e passávamos, de seguida, ao período da Ordem do Dia, começando com os Assuntos de Interesse Geral, que é o ponto 2.1.” -----

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 2.1 - Assuntos de Interesse Geral Municipal. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “E começamos com a CDU. Senhor Deputado Aires Diniz, temos aqui a Desumanização das Paisagens. Faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem, eu vou dizer que tenho uma boa biblioteca. E nessa boa biblioteca está lá um livro que é sobre a crise da agricultura, escrito em 1963, que já previa, e é escrito por um Presidente da Assembleia Nacional da altura, que já previa este debandar das nossas aldeias, esta desertificação. Eu digo desertificação, há pessoas que dizem que é despovoamento. Mas o que é certo é que isso trouxe vazios e é isso que eu vou aqui a tentar dizer com um textinho que tentei que fosse incisivo. Assistimos, desde há muito, ao abandono da terra, fruto de políticas agrárias que descuidaram da necessária continuidade da agricultura como modo de assegurar a alimentação da nossa gente e o equilíbrio da nossa balança alimentar, provocando desequilíbrios ambientais. É o que agora vemos, em clara mudança qualitativa, sendo a expansão do regadio uma das razões do aumento da produção agrícola que é feita com mais intensificação agrícola, acelerando já o rápido desaparecimento das paisagens tradicionais. É o que todos sentimos quando recordamos a paisagem da nossa infância e assistimos ao vazio que os incêndios agravam, logo agora que não há gente que cuide dos nossos campos. Infelizmente, o Governo tornou este problema coletivo num problema pessoal. Fê-lo sem cuidar de recriar um Ministério da Agricultura que planeie a agricultura como uma forma de cuidar do ambiente e de repovoamento do nosso meio rural. De alguns lugares, um pouco longe do nosso, assisti a uma pressão insustentável sobre a terra disponível e à colocação de mais terra como superfície agrícola utilizada, reduzindo-se os outros usos, evidenciando a possível realidade de desequilíbrio nos ecossistemas locais. Eu estou já a usar os resultados do Recenseamento Agrícola de 2019. Assim, em 2019, foram recenseadas 290 mil explorações agrícolas, menos 15,5 mil que em 2009, o que corresponde a uma redução de 5%. Em contrapartida, a SAU aumentou 7%, o quer dizer que foi buscar a outras formas agrícolas, face a 2009, passando a ocupar 3,9 milhões de hectares, 43% da superfície territorial. A dimensão média das explorações aumentou 13%, de 12 hectares em 2009 para 13,6 hectares de SAU por exploração. SAL, superfície agrícola utilizada. De facto, e de acordo com os dados divulgados pelo INE, em 18 de dezembro de 2020, referentes aos resultados preliminares do recenseamento agrícola de 2019, foram recenseadas cerca de 3,9 mil explorações certificadas para a produção em modo biológico, mais de 210% do que em 2009, um terço das quais em Trás-os-Montes. Que aqui aparece como uma região que está a

apostar na agricultura. A área em produção biológica é de 211 mil hectares, sendo que 69% são pastagens permanentes e 9% são prados temporários e culturas forrageiras destinadas à produção pecuária biológica. Nas culturas em modo de produção biológico destacam-se os olivais com 20,8 mil hectares, os amendoais com 5 mil hectares, as vinhas com 3,8 mil hectares e as hortícolas com 1,7 mil hectares. Mas nem tudo é equilíbrio ambiental, surgindo por isso preocupações pois este processo está sujeito a um processo de *greenwashing*, (que é uma espécie de para inglês ver, ou seja, faz ver que está tudo verde) só para nos fazer ver que tudo está a ser feito de acordo com as imprescindíveis precauções ambientais. Por isso, em 21 de junho passado, portanto, há poucos dias, a (...) isto é uma palavra difícil para mim de pronunciar em inglês, Greenpeace, já é mais fácil, publicou um texto onde nos diz o que deve ser feito para limitar o efeito de estufa e prevenir a degradação do ambiente, algo que deve estar inserido na política agrícola comum, - que acho que foi ontem que foi aprovada e que nem foi discutido, pelo menos pelos jornais que eu vou lendo não apareceu discutido. Eu sei que isto apareceu pouco, mas podíamos discutir, - dizem, mas que não o é. Suspeita-se aí que será mais uma vez dada prioridade aos objetivos socioeconómicos, diz este documento, ou seja, objetivos de grande capital, mais especificamente aos ganhos financeiros. O que é muito mau para a agricultura porque a agricultura vive de plantas, animais e outras coisas mais. Surgiram, entretanto, mais e mais numerosos rebanhos na minha e noutras aldeias, ainda no outro dia eu tive que parar para ver passar um grande rebanho, mostrando como o mercado está a mudar as nossas paisagens. São animais que têm necessariamente que ser alimentados e que cresceram em número, mostrando as potencialidades dos nossos pastos, mas que devem ser contidos dentro da sua capacidade, para que não surjam desequilíbrios ambientais. Por isso, talvez dentro de algum tempo vejamos os nossos matos invadidos por rebanhos de cabras, que depois são consideradas mais capazes de as aproveitar como fontes de alimento e produção do leite mais saudável e, desta forma, de queijo mais adequado à nossa saúde, como recomendam os médicos de saúde pública, incluindo a minha médica. E isso mudará a nossa paisagem. Noutros lugares nota-se uma aposta bem forte na produção frutícola e vitivinícola, a acompanhar assim a dinâmica dos mercados agrícolas e a necessidade de muitos terem no campo um modo de vida sustentável e gratificante. Talvez me digam que está tudo tão vazio e que nada pode desequilibrar este desequilíbrio perverso em que as políticas agrícolas nos aprisionaram. Contudo, nalguns campos e nas cidades, onde a natureza, perante a ausência da ação dos jovens, transforma os nossos campos e os nossos recantos urbanos, fora de qualquer lógica humana. Estão assim todos convocados para traçar novas linhas estratégicas, que renovem a nossa agricultura e encham de gente as nossas aldeias. Para isso é necessário que exista nela uma agricultura sustentável e amiga do ambiente. Terá por isso de ser adequada aos nossos ecossistemas, assim o queiramos e guíemos o evoluir da economia agrícola com políticas ambientalmente inteligentes e sustentáveis. Estejamos atentos. Já agora, aproveito para perguntar ao senhor Presidente, como está o plano dele, de regadio de uma parte do nosso Concelho. Já uma vez perguntei. E, portanto, isto tem a ver com a produção de mirtilos, que é uma produção frutícola que dá dinheiro. Mas o que é certo é que o dinheiro não é tudo, há aqui que preservar também o

equilíbrio ambiental, não haver demasiada pressão sobre o regadio e sobre as águas que nós ainda temos no nosso Concelho. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém pretende intervir sobre esta apresentação? Não? Passávamos ao grupo municipal do CDS. Pessoas, é isso? Senhor Deputado Henrique.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Obrigado, senhora Presidente. Pessoas, que é aquilo que o concelho da Guarda mais perde, infelizmente. E não é de agora, é de há muito tempo a esta parte. A sangria não é de hoje, é uma espécie de pandemia que atinge o nosso concelho de há muitos anos a esta parte. Segundo dados atualizados e publicados recentemente em Diário da República, o nosso Concelho passou de trinta e oito mil, oitocentos e sessenta e seis eleitores, em 2017, para trinta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e um, em 2021. Perdeu mil, quatrocentos e quinze eleitores. São cada vez menos eleitores a elegerem o mesmo número de eleitos. Sabemos que o saldo natural da Guarda é negativo, são mais as mortes que os nascimentos, mas também o saldo migratório continua desequilibrado com mais saídas do que entradas. E saem, sobretudo, os mais jovens, aqueles de que o concelho mais necessita. A diminuição de eleitores significa que a diminuição populacional é ainda mais significativa, uma vez que só se vota a partir dos 18 anos. Todos os que saíram antes dessa idade, não estão contabilizados nestes números. Menos pessoas significa menos economia e, conseqüentemente, um concelho mais pobre. O empobrecimento é a nossa triste sina. É sempre importante que se criem postos de trabalho, mas a Guarda não precisa apenas de operadores de caixas de supermercado, necessita de um tipo de emprego que permita o retorno dos nossos jovens, depois de concluídas as suas formações académicas de elevada qualificação. Os nossos jovens necessitam igualmente que as instituições deste concelho funcionem de forma regular e que saibam contratar os melhores, para também elas, instituições, possam ser melhores na qualidade dos serviços que prestam aos cidadãos. São esses mesmos cidadãos que suportam, com os seus impostos, o funcionamento dessas instituições. Estou a lembrar-me da ULS, estou a lembrar-me dos serviços municipais, mas não só. Espero e esperamos que atrás das pessoas não vão também as empresas de sempre da Guarda, por deixarem de aqui terem viabilidade. A viabilidade das empresas está umbilicalmente ligada à capacidade de resposta dos serviços municipais. A economia é um sistema de vasos comunicantes e quando um rompe afeta negativamente todos os outros. E aqui o Município tem uma elevada responsabilidade. A celeridade com que responde à solicitação dos cidadãos e empresas, é determinante para a criação de riqueza e para a fixação de pessoas. E é de pessoas que a Assembleia Municipal também é formada. Pessoas que representam outras pessoas. Pessoas que, muito provavelmente, não se voltarão a encontrar todas nestas mesmas circunstâncias. O mandato está a chegar ao fim e outros virão que substituirão muitos dos que aqui hoje se encontram. Cultivo o princípio de que ninguém é insubstituível. Eu não sou. Defendo a renovação nos cargos como a forma de tornar mais viva e participada a democracia. Houve mudanças de pessoas no decurso deste mandato. Uma, motivada por uma fatídica doença, como foi o caso de Tiago Gonçalves, que

o afastou de forma abrupta e que ele não merecia. Outras, provavelmente motivadas por razões incompreensíveis, à luz da necessária e desejada renovação dos partidos, como foi o caso de Joaquim Carreira, Agostinho Gonçalves e Diogo Carvalho. Com estas partidas, a Assembleia Municipal da Guarda ficou mais pobre e perdeu vitalidade. Os finais de mandato são sempre momentos apropriados para se fazerem balanços do trabalho desenvolvido e foi isso mesmo, trabalho em prol do concelho, a verdadeira marca da ação do CDS, sempre num espírito de defesa do interesse público. Foi também a valorização deste órgão Autárquico Local, com a apresentação de inúmeras propostas, moções, recomendações, perguntas e requerimentos, tocando os aspetos mais diversos da nossa vida enquanto comunidade. Da educação à saúde, do apoio social à mobilidade, da reabilitação urbana ao investimento e à implementação de medidas de dinamização económica e incremento do emprego, tendo em vista a fixação das pessoas, em particular dos jovens. Foi um trabalho exigente, mas feito com espírito de entrega, em que prevaleceu sempre o objetivo de responder positivamente às expectativas de quem fez de nós fiéis depositários do seu voto e assim nos mandatou para os representar. Estamos a chegar ao fim do mandato e podemos dizer que terminamos com a consciência de termos dado o nosso contributo para que este concelho seja mais apelativo para os nossos jovens, e para que o órgão Executivo seja mais exigente consigo próprio e responda, de forma célere, aos anseios dos munícipes e das empresas, que em toda a sua existência aqui investiram e que aqui querem continuar a manter a sua presença. Não sei se estarei neste órgão no próximo mandato. Por isso, também não sei se efetivamente a reunião de setembro se irá realizar. Por isso, quero dizer que foi um orgulho ser membro desta Assembleia Municipal e ter tido oportunidade de aqui defender o interesse dos eleitores que em mim, em nós, confiaram. Estivemos sempre pelo interesse público e só pelo interesse público. Estivemos a favor ou contra políticas, nunca de pessoas. Termino, dizendo que é com tristeza que vejo encerrar o ensino do 5º ao 12º ano numa instituição de referência deste concelho, o Instituto São Miguel. Mais desemprego que suja as mãos da geringonça. As decisões ideológicas que foram tomadas no início do primeiro mandato do Partido Socialista, em associação com o Bloco de Esquerda e com o Partido Comunista, estão agora a ter as consequências e o nosso Concelho está e vai pagar uma fatura elevada. Eu acho que todos aqueles que agora vão ficar sem trabalho, devem dirigir-se ao Partido Socialista, ao Bloco de Esquerda e ao Partido Comunista e pedir-lhe responsabilidade sobre aquilo que lhe está a acontecer e que realmente cuidem de garantir o sustento para os filhos daqueles que agora ficaram sem ganha pão. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Antes de passarmos aqui à intervenção do Bloco de Esquerda, o senhor Deputado José Carlos pediu-me 15 segundos. Foi o que me pediu, 15 segundos.” -----

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “É só para vos dizer, esta fotografia foi tirada há três dias ou quatro. E para dizer, primeiro, senhor Presidente, ninguém está aqui contra si. Estamos a tentar fazer uma cidade melhor. Esta é a passadeira no local, tem um caixote do lixo à entrada da passadeira. Eu vou pôr uma fotografia do ponto de vista de um

veículo que tente chegar aqui. Reparem, completamente tapada a passadeira. Mais um bocadinho atrás. Portanto, não há reentrância nenhuma. Isto é um perigo e, neste momento, o senhor Presidente é responsável por qualquer acidente que ali aconteça, depois de ter sido avisado. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Passamos, então, agora, ao Bloco de Esquerda. Senhor Deputado Marco Loureiro, por favor, Acessibilidades e Transportes.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Cumprimentar todos aqueles que nos acompanham lá em casa e recordar que foi por grande pressão, no sentido positivo, que, recordo-me, várias tentativas, e esta Assembleia Municipal aprovou e até hoje continuamos a ter e a ser transmitida online. Ficamos muito contentes e foi um passo muito importante na democracia deste próprio órgão e muito importante para todos aqueles que queiram acompanhar os trabalhos nesta casa. Dizer também que espero, na próxima Assembleia Municipal não sei se cá estaremos, mas se não estivermos também não há problema, porque entendo que aquilo que aqui é aprovado deve ser cumprido. Na próxima Assembleia deve haver aqui um intérprete de língua gestual que foi aqui aprovado. E não pode ser apenas de vez em quando. Como agora já é a transmissão clara e sempre online, também terá que ser a transmissão, aqui, com o intérprete. Porque isto sim é o caminho na inclusão que tanto aqui falamos por várias vezes e que, no geral, todos concordamos. Relativamente às acessibilidades, gostava, já aqui o trouxe, por várias vezes, em nome do Bloco de Esquerda, e questioneei a Câmara sobre se fazia o levantamento, e quem é que o fazia, relativamente às constantes barreiras que existem um pouco pela cidade e que impedem a circulação de pessoas com mobilidade reduzida. Gostava de saber se é só a Câmara que tem essa função, ou se também há uma parceria, uma colaboração, uma cooperação com a própria Junta urbana, atendendo que ela também o é bastante alargada nessas funções e, provavelmente, também terá um papel determinante na identificação dessas barreiras. E queria aqui trazer-vos um caso extremamente... já é tornado público, por várias vezes, e que eu não queria deixar de passar já que estou a falar de acessibilidades. O seu nome é do cidadão Luís Paulo Cardoso Fonseca, portador de deficiência incapacitante, mais concretamente, Tetraparesia Espástica, habitando há quase vinte anos numa residência que pertence à Câmara Municipal. Tendo, durante mais de metade desse tempo, em constantes conversas e litígio com a Autarquia, para que o apartamento fosse alvo de obras de adaptação e melhoramento, que permitam ao cidadão ter uma vida mais independente, segura e saudável. No entanto, apesar de repetidos apelos da Delegação de Saúde da Guarda que vistoriou a casa e elaborou um relatório apontando as falhas que devem, ou pelo menos deveriam ter sido devidamente corrigidas, as respostas, por parte dos serviços Camarários, ao que nós temos conhecimento, têm sido escassas e por vezes até ausentes, o que nos preocupa. Neste momento, o dia-a-dia do cidadão, que obriga a quase total permanência dentro do apartamento, é confrontado com os seguintes problemas, que passo a citar: infiltrações de humidade em várias divisões da casa, colocando em risco a integridade da

própria estrutura; porta do WC fora das normativas de segurança, por abrir para dentro, o que, em caso de um acidente, por exemplo a queda do cidadão, a cadeira de rodas fica encostada à porta, o que tornaria muito difícil a entrada de alguém dentro do espaço para o auxiliar; bancadas na cozinha altas demais; elevador, e aqui é extremamente importante uma rápida solução, elevador tipo plataforma, que faz a ponte entre o piso do apartamento e a porta para a rua, funciona exclusivamente à base de eletricidade corrente e ocupa a largura das escadas do prédio, sendo claramente um risco enorme em caso de incêndio ou de outras emergências. É urgente a Câmara Municipal e a família do Luís encontrarem uma solução condigna. Há pouco falávamos da importância e de valores de 80 mil, se vamos ou não vamos apoiar uma empresa privada. É caso para dizer que todos somos iguais na diferença, mas é neste momento que ninguém pode ficar para trás. Aqui sim, ninguém pode ficar para trás. Não basta reconhecer, não basta querer. Senhor Presidente, é preciso fazer. Este cidadão, derivado a todos os seus problemas, é um cidadão que quer estar integrado. É um cidadão que tem o direito e, nomeadamente, se vive numas instalações da Câmara, é porque também tem, infelizmente, dificuldades financeiras para residir nessas casas. Compete à Câmara e ao serviço de Ação Social darem todo e todo o apoio possível. Nem que para isso seja preciso gastar, sim, 80 mil euros ou mais. Este cidadão merece muito mais do que por aí muitas das coisinhas que se vai fazendo e se vai gastando. E por aqui me fico.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Passávamos ao grupo parlamentar do Partido Socialista. Área de Conhecimento, Conservação e Manutenção de Infraestruturas. Senhora Deputada Paulisa, faz favor.” -----

- **Deputada Paulisa D’Assunção (PS):** “Na pessoa da Excelentíssima senhora Presidente da Assembleia Municipal, começo por apresentar os meus respeitosos cumprimentos a todos os presentes e ao público que nos acompanha através dos meios de comunicação social. Venho falar aqui sobre o estado de degradação da cidade. Que este Executivo sempre se mostrou como um mero conserveiro das obras já existentes na cidade levadas a cabo pelos Executivos do PS, já tínhamos evidenciado. Porém, ultimamente nem isso tem feito. A manutenção de uma cidade, com a sua limpeza, conservação e embelezamento, é o mínimo dos mínimos que se exige dos serviços prestados por uma Câmara Municipal. Mas, lamentavelmente, nem com isso podemos contar deste Executivo. Dois mandatos, prestes a findar, liderados pelo PSD, não deixam qualquer obra nova de relevo. No primeiro mandato, o Executivo, liderado pelo senhor Dr. Álvaro Amaro, ainda se dava ao trabalho de manter a cidade arranjada e embelezada, sendo aliás o seu único mérito, para além da organização dos vários eventos que promoveu nesta cidade e que se diluíram na espuma dos dias, sem terem deixado qualquer proveito para este concelho. Mas neste segundo mandato que está prestes a findar, depois do senhor Dr. Álvaro Amaro ter desertado das funções para as quais foi eleito, os responsáveis que se lhe sucederam nem da cidade e das aldeias do concelho têm cuidado. A cidade da Guarda nunca esteve tão desarranjada e ruidosa como atualmente se encontra. Damos apenas alguns exemplos. O Parque Urbano do Rio Diz volta a evidenciar falta de manutenção, tendo zonas onde a vegetação cresce, mais parecendo um matagal, e, na parte do Lago, a vegetação aquática já cobre por completo o espelho de água que está um autêntico lameiro.

Há diversas zonas ajardinadas da cidade que se encontram em igual estado de abandono, com sebes e relva por cortar, com grelhas de escoamento quebradas ou em falta, com vidros partidos pelo chão, os caminhos pedonais tapados por ervas daninhas, candeeiros partidos ou inutilizados. Também o Parque Municipal da Guarda tem muitos candeeiros que não iluminam, deixando, à noite, algumas zonas completamente às escuras. Há ruas da cidade que ficam com o lixo espalhado, ao sabor do vento, durante dias a fio, tendo a falta de limpeza sido bem notória no outono com a queda das folhas das árvores, que ficavam vários dias a acumular-se nos passeios, formando uma pasta escorregadia com a chuva. Há inúmeras tampas de saneamento, e outras, existentes nas ruas da cidade, que por estarem soltas ou mal aplicadas, fazem um incómodo ruído metálico, a cada veículo que nelas passa, provocando poluição sonora e tornando esta cidade ruidosa e desconfortável para quem nela vive, trabalha ou a visita. Como últimos exemplos, as infraestruturas rodoviárias. As ruas da cidade estão cheias de buracos, principalmente nalgumas zonas residenciais. E no caso das ruas calçetadas, onduladas, com desnivelamentos e irregularidades que fazem saltar os veículos que as percorrem, estão a necessitar de arranjos estruturais e não simples tapaburacos como tem sucedido. E a limpeza das bermas das Estradas Municipais é também uma falha, portanto, estão cheias de mato e necessitam ser urgentemente limpas e de ser feita a devida manutenção. Excelentíssimo senhor Presidente, excelentíssimos senhores Vereadores, manter a cidade limpa e cuidada, não devendo ser em si mesmo o único objetivo de um Executivo, é, no entanto, indispensável para que os cidadãos que aqui vivem e trabalham tenham orgulho na sua cidade. É igualmente importante para quem nos visita e nela pretende investir, pois ninguém gosta de visitar uma cidade ou de nela investir se a encontra suja e descuidada, pouco atrativa. Criticámos outrora o Executivo por tratar somente do aspeto estético da cidade e não se focar em potenciar o nível de desenvolvimento socioeconómico da região, que deveria ser uma das funções primordiais do Executivo, e é uma falha que temos vindo a apontar aqui ao Executivo. Porém, ainda que não consigam ter um programa capaz de levar a cidade a um outro patamar no que toca ao seu desenvolvimento, pelo menos exige-se que não descurem o básico. Faz hoje precisamente um ano que o grupo municipal do PS fez uma chamada de atenção ao Executivo, trazendo a essa Assembleia Municipal um reporte fotográfico, denunciando o aspeto degradado do Parque Urbano do Rio Diz, e hoje, volvidos um ano, voltamos ao mesmo estado de coisas. E penso que hoje se dispensam fotos para demonstrar o estado atual da cidade, pois é notório. E não adianta refutar. Não adianta refutar porque, contra factos, não há argumentos. E o grupo municipal do PS não poderia deixar de se pronunciar sobre o estado em que se encontra a cidade e pedir explicações ao Executivo sobre o motivo da falta de conservação das suas infraestruturas e espaços verdes, exortando à sua intervenção no sentido de por fim a este estado de coisas, em nome do bem-estar e qualidade de vida dos munícipes, de modo a que a nossa cidade se torne de novo agradável e nos possamos orgulhar dela. Muito obrigada.” –

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhora Deputada. E, por fim, o grupo municipal do PSD, temos três intervenções. Guarda Rumo ao Futuro, que será o senhor Deputado Ricardo... Sim? Peço desculpa, é a Área do Conhecimento? Pensei que a senhora Deputada tinha falado de tudo. Faz favor. Peço desculpa.” -----

- **Deputado Rui Ribeiro (PS):** “Boa tarde, senhora Presidente e restantes Membros da Mesa, senhor Presidente da Câmara, restantes Membros do Executivo Municipal, senhores Deputados, senhores Presidentes de Junta, Técnicos da Autarquia, Comunicação Social e a quem nos acompanha em casa. E, portanto, o que eu venho hoje trazer aqui é uma intervenção na área da economia do conhecimento. A economia do conhecimento é o uso de conhecimento nas suas diversas formas para gerar valor, ou seja, para potenciar negócios, quer novos quer existentes. A tecnologia, por seu lado, é aquilo que permite incorporar o conhecimento humano em máquinas. Sabemos que, atualmente, as economias intensivas em agricultura e as economias intensivas em trabalho, ou seja, a economia global, estão em transição para uma economia do conhecimento como uma extensão de uma sociedade de informação, numa era da informação liderada pela inovação. Esta transição requer que as regras e práticas que determinaram o sucesso na economia industrial, a partir da segunda metade do século XVIII, precisem ser adaptadas para uma economia globalizada e conectada, na qual os recursos de conhecimento, segredos comerciais e competências são tão cruciais, como os recursos económicos tradicionais foram, nessa altura, trabalho e capital. Esta mudança de paradigma, esta transição para a economia do conhecimento, resultam, essencialmente, de dois fatores: a globalização que hoje existe em todas as dimensões da vida em sociedade e a ubiquidade da tecnologia de informação. E quando falamos em mudanças de paradigma, esta não é uma expressão vazia de significado, nem é utilizada num contexto de mera evolução sem descontinuidades, como tantas vezes vemos acontecer. Dizemos mudança de paradigma, porque há um corte radical com a economia industrial que emergiu da revolução industrial que todos conhecemos da história. Esse corte, podemos percebê-lo, por exemplo, ao constatarmos que a economia não é de escassez, como no passado, mas de abundância. Ao contrário da maioria dos recursos físicos, que se esgotam quando são usados, a informação e o conhecimento podem ser partilhados e até crescer através da sua aplicação. Mas também ao nível do peso do fator localização há um corte com tudo aquilo que conhecemos. O efeito da localização, tanto é diminuído nalgumas atividades económicas pelo uso de tecnologia e métodos apropriados, por exemplo, mercados virtuais e organizações virtuais que oferecem benefícios de velocidade, agilidade, operação ininterrupta e alcance global, como, pelo contrário, ser reforçado noutros campos económicos, pela criação de clusters de negócios em torno de centros de conhecimento, como universidades e centros de pesquisa. É, pois, neste contexto, que desde o início do mandato, que se aproxima já do seu final, temos aqui feito diversas intervenções e trazido recomendações com vista a uma maior inserção do nosso concelho numa economia de conhecimento. A primeira intervenção que me recorde de ter feito nesta Assembleia, foi precisamente sobre cidades inteligentes e a forma como a Guarda deveria, com pequenos passos, mas de forma decidida, fazer esse caminho. Outras intervenções na mesma área se seguiram, embora não vejamos, da parte do Executivo, o reconhecimento da importância da transformação da Guarda em cidade do conhecimento. Não quero com isto dizer que não existam iniciativas da área. O SIAC, que terminou no fim-de-semana passado, é efetivamente, e a título de exemplo, uma atividade que traz à Guarda conhecimento e que, como já o disse em anos anteriores, deve merecer todas as condições para assegurar a sua continuidade. Mas esta e outras iniciativas surgem de forma desarticulada, faltando um plano estratégico de cidade do conhecimento que reúna e faça a articulação entre eventos, iniciativas diversas e a criação de condições,

nomeadamente tecnológicas no meio envolvente, para que a Guarda se possa afirmar neste campo. Embora não seja esperado do Município a criação exclusiva dessas condições tecnológicas, este deve manter uma pressão política sobre os operadores, para que essas condições sejam instaladas e postas ao serviço de empresas e cidadãos. E, aqui, o Plano Estratégico de Cidade do Conhecimento, é o documento técnico de suporte a essa pressão, que distingue uma opção política fundamentada, de um mero capricho. Na sua génese, a Plataforma Logística de Iniciativa Empresarial deveria disponibilizar um Centro de Dados e Tecnologias de Comunicação de última geração. É certo que, desde o início do projeto, muita coisa mudou, nomeadamente nas tecnologias de informação e comunicação. Esse Centro de Dados poderá ser hoje anacrónico, face à crescente desmaterialização da computação. Mas o princípio de disponibilizar as últimas tecnologias, para captar empresas de uso intensivo do conhecimento, deve ser mantido. Sem comunicações 5G, não haverá projetos no âmbito da indústria 4.0, e são esses que devemos ambicionar se queremos ser um concelho com fatores distintivos de competitividade. Mas também nos projetos para as massas, o conhecimento deve ser fator distintivo. Um projeto, como por exemplo, o dos Passadiços do Mondego, tem que se diferenciar pelo uso que se faz do conhecimento, mais do que pela mera repetição de uma fórmula que hoje está completamente disseminada por todo o território nacional. São estes projetos demonstradores que favorecem a criação de laboratórios e empresas que o Município deve estimular e, nalguns casos, apoiar. O Centro Tecnológico do Setor Automóvel, cuja criação, todos ouvimos falar, tarda em trazer frutos para a Guarda. O Laboratório de Blockchain está, neste momento, no seu ímpeto inicial. Não será de mais que o Município se envolva mais em projetos como este, para criar no concelho a atratividade que nos faz falta. Recentemente, assistimos à apresentação de uma entre outras iniciativas que dão resposta, ainda que parcial, aos anseios de todos quantos vivemos neste território. Com efeito, os incentivos à deslocalização de trabalhadores em funções públicas nas zonas do interior, podem ser aproveitados para trazer para a Guarda mais trabalhadores qualificados. Isto e a redução das portagens que se anuncia a partir de amanhã, serão as medidas que queríamos? Obviamente que não. Todos nós nesta Assembleia já votámos a abolição de portagens e medidas mais musculadas de discriminação positiva para quem vive no nosso concelho. Mas amanhã estaremos seguramente melhor que hoje. Disso, creio não haver dúvidas. Por fim, senhor Presidente e restantes membros do Executivo, repito o apelo que já deixei na minha intervenção na Assembleia de 29 de abril. Invistam na cultura de planeamento. Vamos planear os próximos dez, vinte anos, para lá das obras avulsas que vão apresentando. Vamos dar coerência e consistência aos investimentos municipais. Vamos canalizar a energia gasta a escolher decorações para as rotundas, para pensarmos o futuro do nosso concelho. Esse será um instrumento que atravessará mandatos e cujos frutos serão, certamente, para partilhar com todos os guardenses. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Agora sim, grupo municipal do PSD. Guarda Rumo ao Futuro, que será o senhor Deputado Ricardo. Depois, temos Passadiços e o Turismo, que é o Deputado Miguel e Capital Europeia da Cultura, que será a Dulcineia. Faz favor.” -----

- **Deputado Ricardo Neves de Sousa (PSD):** “Senhora Presidente da Mesa, restantes Membros, senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores Vereadores, caros colegas

Deputados, senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social, Colaboradores da Autarquia e do TMG e restante Público que nos vê em casa através dos meios digitais, uma boa tarde a todos. Dizia, há muito tempo, o poeta William Shakespeare, que a gratidão é o único tesouro dos humildes, e, já séculos antes, Esopo, um grande pensador Grego, dizia que a gratidão é a virtude das almas nobres. E, por isso, hoje, nesta que será a última ou pelo menos a penúltima Assembleia Municipal antes do fim do mandato, julgo que enquanto membro, com muito orgulho, do grupo municipal do PSD, devo ter uma palavra de gratidão, e também enquanto cidadão desta cidade da Guarda, deste concelho da Guarda, devo ter uma palavra de gratidão para com o Executivo Municipal. E essa palavra de gratidão prende-se com tudo aquilo que foi feito ao longo destes últimos quatro anos. Devemos gratidão a este Executivo, porque conseguiu tirar a Guarda do percalço financeiro onde o Partido Socialista a tinha enterrado, nesse pântano de dívidas que, felizmente, foi transformado num belo jardim. Esta revolução financeira, muitos poderão dizer: está bem, mas isso, para o dia a dia de nós cidadãos comuns, o que é que isso representa? Representa muito. Representa muito porque se uma Câmara não tiver as finanças equilibradas não pode concorrer a fundos Europeus, porque necessita de, pelo menos, 15% do dinheiro para acorrer ao financiamento dos projetos. E, na altura, quando o Partido Socialista governava este concelho, ninguém fiava um prego que fosse. Então, como é que a Câmara da Guarda, por muita vontade que até tivesse, conseguiria fazer obra, conseguiria acorrer aos fundos Europeus se não tinha aquela pequena parte, 15% apenas, para fazer face a essa despesa? E estes senhores, liderados, nestes últimos dois anos, pelo senhor Presidente Carlos Chaves Monteiro, conseguiu, na altura ele, enquanto Vereador do pelouro das finanças, conseguiu tirar a Guarda deste pântano, e por isso devemos gratidão. Por outro lado, também, só tendo uma cidade atrativa podemos captar investimento. E acho que está patente, à vista de todos, o trabalho titânico que estes senhores têm feito no sentido de dotar todos os lotes da PLIE com empresas, estando, neste momento, já a decorrer a terceira fase para conseguir colocar mais alguns investidores que desejam instalar-se cá na Guarda. Também não podemos ser alheios ao facto de, muito recentemente, também ter sido adquirido um campo de futebol, que estava ao abandono, para possibilitar a uma empresa, a uma multinacional do setor automóvel, expandir a sua produção e, conseqüentemente, também o seu número de colaboradores, gerando mais valias e riquezas para este município e para este concelho. Este é um Executivo que recebe os empresários, que os escuta, que ouve os seus anseios, mas que também não fica cristalizado no lugar à espera que lhe venham bater à porta. São pessoas dinâmicas, que saem dos seus lugares para ir buscar a outras paragens investidores, pessoas que queiram, aqui na Guarda, colocar o seu dinheiro e com isso gerar também riqueza. Por isso, temos que estar gratos. Temos que estar gratos também pelo facto de estarem a ser feitos arranjos urbanísticos em muitas das artérias desta cidade. Eu sei que é complicado muitas vezes, para quem conduz, ter que andar a fazer desvios. Não é prático. Mas é um pequeno sacrifício que nós teremos hoje, em prol de um bem melhor no futuro. E, por isso, temos que estar gratos a este Executivo por ter, ao contrário daquilo que o Partido Socialista, pela voz da Deputada Paulisa, disse, termos uma cidade mais bonita, muito mais uma cidade com um nome de cidade, uma cidade urbana, uma cidade que não se envergonha ao pé das suas congéneres europeias. E por isso temos que estar gratos a este Executivo. Por outro lado, também o facto de se apostar numa cidade mais bonita, passa também, ou passou, pela aquisição de alguns imóveis na Praça Velha, de

modo a poderem ser reabilitados e devolvidos à cidade, para que deles usufruam e para que todos possamos ter um espaço da cidade condigno, onde nos orgulhemos de passear e trazer os nossos amigos para conviver. Devemos estar gratos, também, pelo arranjo urbanístico que está fantástico e pelas vistas magníficas da Torre dos Ferreiros. Um projeto há muito ambicionado e que, finalmente, foi concretizado. Eu, com isto, eu não quero estar aqui a fazer o rol ou o descritivo de todas as obras, das inúmeras obras feitas por este Executivo. Quero apenas, pontualmente, evidenciar algumas para demonstrar a gratidão, a gratidão que nós temos que ter. Não pelo facto de estes serem do PSD ou serem do PS. Não. São pessoas que, tal como nós, são cidadãos da Guarda, que de facto têm um partido, mas são pessoas que trabalham em prol de todos, independentemente do partido ou da opção política que perfilhem. Temos que também estar gratos pelo facto de, em muitas das Freguesias rurais, ter sido investido dinheiro em saneamento, em água, abastecimento de água, na manutenção e reparação de vias, caminhos, de arruamentos. Lembremo-nos que, quando estes senhores tomaram posse, em 2013, em muitas das Freguesias, em pleno século XXI, ainda não havia saneamento. E foram estes homens que conseguiram fazer isso e, portanto, devemos estar gratos. E, por último, sem querer ser exaustivo, devemos estar gratos porque estão a construir uma cidade para o futuro. Estão a construir um concelho de portas abertas para a europa. Um concelho que recebe bem os seus. Um concelho que espera que reparem em nós e que tem todas as potencialidades para ser um concelho de futuro, com futuro, rumo ao futuro, e onde o futuro de todos nós passa por todos trabalharmos juntos no desenvolvimento desse mesmo concelho. Muito obrigado. “ -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Miguel, faz favor.” -----

- **Deputado Miguel Bandarra (PSD):** “Senhora Presidente da Assembleia Municipal e respetiva Mesa, senhor Presidente de Câmara, senhoras e senhores Vereadores, senhoras e senhores Presidentes de Junta, senhores Deputados Municipais, boa tarde a todos. Não há como não gostar de passadiços de madeira, estruturas erguidas em locais com uma riqueza ímpar e que permitem caminhadas e passeios no contacto mais próximo com a natureza, com conforto e segurança, como são exemplo os Passadiços do Mondego que contarão com mais de onze quilómetros, potenciando não só as Freguesias de Videmonte, Maçainhas, Meios, Aldeia Viçosa, Uniões de Freguesias de Corujeira e Trinta, Misarela, Vila Soeiro e Pêro Soares, como também potenciarão todo o concelho e região. O projeto, que se encontra em construção, pretende dar a conhecer a paisagem e o património ambiental e histórico das aldeias que o empreendimento atravessa. A criação desta infraestrutura vai permitir novas experiências aos visitantes, através de novos pontos de interesse que garantem uma vista privilegiada sobre as paisagens do Vale do Mondego. Estes percursos permitem também visitar pontos de referência, como a Cascata do Mocho Real e a Central Elétrica do Pateiro. Os Passadiços do Mondego dinamizarão todo o espaço envolvente, com a criação de apoio ao turismo, através das Juntas de Freguesia e das associações locais. A criação de museus, a exploração de locais de interesse histórico patrimonial e a aposta na gastronomia, são também complementos para impulsionar a economia local, não só do concelho, mas também de toda a região. Citando Fernando Pessoa, Deus quer, o Homem sonha, a obra nasce. E quero assim agradecer

ao Executivo Municipal, na pessoa do senhor Presidente de Câmara, por permitir tornar este sonho uma realidade. Muito Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhora Deputada Dulcineia, faz favor.” -----

- **Deputada Dulcineia Sousa Coito (PSD):** “Excelentíssima senhora Presidente da Assembleia Municipal e respetiva Mesa, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhoras e senhor Vereador, senhoras e senhores Deputados, Comunicação Social, público presente, uma especial saudação também a todos os que nos acompanham através dos meios digitais. Já foi aqui citado Fernando Pessoa e volto a citar. Nas palavras de Fernando Pessoa, que se mantêm intemporais, «cultura não é ler muito, nem saber muito, é conhecer muito». Também Miguel de Unamuno disse «a cultura é a mais intensa vida interior, a de mais batalha, a de mais inquietação, a de mais ânsia». Pois bem, a Candidatura da Guarda a Capital Europeia da Cultura, encontra inspiração nestas e noutras fontes. Mas, acima de tudo, encontrará a sua inspiração maior nas comunidades locais e em todas as manifestações que ainda hoje honram um passado de tradição e de conhecimento, e que marcam, por isso, um presente de dinâmicas e de vontades, ou seja, de tudo o que se transforma num diálogo com o seu tempo, como também o disse Vergílio Ferreira. Diante de tal projeto, e refiro-me à Candidatura da Guarda a Capital Europeia da Cultura 2027, de tão tremenda envergadura para a cidade e para a região, a par de outros, obviamente, posicionamo-nos hoje numa condição de guardenses que vivem, trabalham e coabitam numa Guarda francamente melhor e com uma pujança de iniciativas que quebraram um ciclo de estagnação. Este é, sem sombra de dúvida, um facto relevante e que ajuda à reflexão sobre aquilo que mais ambicionamos. Claramente que ambicionamos mais e melhor para a Guarda. Não somos, ou não podemos, nem devemos ser alheios a uma Guarda que se tem vindo a afirmar no panorama regional, e mesmo transfronteiriço, como uma cidade das artes, com um calendário de eventos anuais coeso e diversificado, criativo, inovador e com uma qualidade ímpar. A Guarda que se pretende reconhecida como Capital Europeia da Cultura em 2027, é aquela onde as sinergias criadas no seio da região, no seio da Comunidade Intermunicipal e com parceiros transfronteiriços, tem imprimido uma dinâmica nunca antes vivenciada. Também a Guarda que se quer justamente reconhecida como Capital Europeia da Cultura em 2027, é aquela que em articulação com as associações, as coletividades, os estabelecimentos de ensino e tantas outras entidades, se encontra a implementar um conjunto de iniciativas de projetos inovadores e catalisadores de um olhar revigorado sobre o potencial do nosso território, e, acima de tudo, o nosso potencial humano. Neste caso concreto, também nestes dois últimos anos, 2020 e 2021, marcados pela Pandemia da Covid-19, muitos eventos culturais foram cancelados, outros reagendados ou realizados com condicionalismos bastante apertados. Toda a indústria cultural foi fortemente penalizada e muitos artistas ficaram sem a possibilidade de se produzirem presencialmente e diante de um público. E precisamente neste contexto de condicionalismos, de regras de segurança, apesar de um relativo alívio de cauteloso desconfinamento, têm decorrido iniciativas na cidade e na região sob a chancela do apelo do interior. A título de exemplo, permitam-me que felicite o Município por mais uma edição, a quinta, do Simpósio Internacional de Arte Contemporânea, retomando a mesma filosofia das edições anteriores, mas iniciando um novo ciclo com novas propostas. As

iniciativas levadas a efeito durante o mês de junho, e no âmbito do SIAC, permitiram alcançar o relevante propósito de fortalecer a educação e a formação artística em todos os aspetos. Alunos guardenses do Conservatório de Música e de Dança Contemporânea, jovens da região a estagiarem em equipas de produção teatral, artistas locais com novos projetos, todos tiveram a oportunidade de se exprimirem em público e de evidenciarem o seu talento, que é também parte do talento da nossa região. Volto ao apelo do interior, o slogan desta candidatura. Um slogan que diz muito e que ambiciona ainda mais. Um slogan que surge na capacidade, ou na procura de estimular essa mesma capacidade, a de se trabalhar efetivamente em cooperação, de unir esforços com a firme convicção de que os resultados serão partilhados se todos remarmos nesse mesmo sentido, Guarda Capital Europeia da Cultura em 2027. Há, portanto, que sentir este apelo e atrevo-me a acrescentar que há que sentir este impulso de coesão. E a comemoração do Dia da Europa, no passado dia 9 de maio, permitiu sublinhar que esta é uma candidatura de todos e para todos, porque, em boa verdade, este trabalho, tão bem explicado nas palavras emotivas do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal nesse dia, revela que a democratização da cultura é uma prioridade, que todos importam neste processo e que a cultura é feita de homens e mulheres com conhecimento e vontade de o partilharem, com amor ao território e que nele reconhecem a mais-valia da sua autenticidade, a expressão do seu maior valor: as pessoas. Está dado um importante passo na reversão de um paradigma bacoco de que a cultura é exclusiva de uma elite de intelectuais. A cultura não pode excluir e este Executivo ousou nesse sentido. Um Executivo que tem ousado ambicionar um rumo de progresso, porque afinal este é um trabalho árduo que se repercutirá no retorno económico e em crescimento, também sustentados nesta área de intervenção chave para o desenvolvimento económico de uma região, a cultura. Por isso, os sinceros parabéns. Permitam-me um parênteses, porque, durante este mandato, ficou entre nós um vazio com a partida de dois verdadeiros ativistas da Guarda, que pertenciam, e em boa verdade continuam a pertencer a este grupo do Partido Social Democrata, e com o seu trabalho e dedicação em prol da comunidade e do associativismo, por isso, certamente também eles seriam dois defensores desta causa e deste projeto de candidatura. O nosso especial reconhecimento e a nossa homenagem ao Tiago Gonçalves e ao Mário Sucena e ao papel que cada um, nas suas lides, sempre assumiu na defesa da região da Guarda e na valorização do seu património. Retomando, felicito ainda pela estratégica integração de Municípios da vizinha comunidade de Castilla y León. Aqui está mais uma visão da centralidade ibérica da Guarda no contexto da europa. Senhor Presidente, senhor Vice-Presidente, acreditem que o grupo do PSD nesta Assembleia, aliás, atrevo-me a alargar a todos os presentes nesta Assembleia Municipal, queremos a Guarda Capital Europeia da Cultura em 2027. Estaremos, obviamente, atentos ao desenrolar dos trabalhos e como comunidade queremos estar envolvidos. Sabemos que esse envolvimento da comunidade, tão evidentemente necessário e fulcral, é pretensão deste Executivo. Por isso, é com empenho, e também com sentido construtivamente crítico, que acompanharemos os próximos passos, nomeadamente o Estudo Diagnóstico do Território Guarda 2027, da responsabilidade científica da INOVA+ e da UBI; o Plano Estratégico da Guarda 2027, da responsabilidade do Conselho Estratégico, e oxalá venha a ser um instrumento útil para o desenho de políticas públicas específicas e eficazes; também o Plano de Envolvimento Comunitário Guarda 2027, essencialmente no cumprimento das suas etapas,; sonhar 27,

caminhar 27 e juntos 27. Neste momento presente, resta-nos naturalmente desejar um excelente trabalho ao nível da organização e da redação do dossier da candidatura que está a ser feito. E se o destino é 2027 ao nível deste reconhecimento, que tenhamos em nós as palavras do nosso ilustre conterrâneo Eduardo Lourenço, «mais importante que o destino é a viagem». Viva a Guarda.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhora Deputada. Tenho um pedido de intervenção do senhor Presidente da Junta de Santana, faz favor.” -----

- **José Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Santana D’Azinha (PSD):** “Mais uma vez, obrigado e boa tarde. Tenho denunciado, neste espaço, o não cumprimento de promessas eleitorais, obras por concluir, outras por resolver, ofícios aos quais não se dá resposta. Poderia aqui lembrar o número e a data e o assunto. Mas vou falar apenas do mais antigo, que é o 12 de 2017 de 13 de julho, até ao 8 de 2021 de 21 de abril. Estou a falar de 15 ofícios para os quais não há resposta. O senhor Presidente poderá responder que foi dada resposta a muitos deles. Sim, é verdade. A 25 de fevereiro, pelas 12 horas, 34 minutos e 7 segundos. Mas também não é mentira, porque é verdade, eu respondi a esse email no mesmo dia, pelas 21 horas e 9 minutos, e continuo a aguardar resposta. Posteriormente, em reunião com o senhor Presidente, este assunto voltou a ser abordado e o senhor disse que ia tratar dos assuntos. E pergunto apenas por dois. O muro do Pisão, o senhor disse que mandava o técnico ao terreno. Pergunto, se sim, se já o mandou, se mandou qual foi a resposta? O segundo, a pavimentação na Catraia. Ficou de consultar o caderno de encargos. Já o consultou, ou não? É caso para perguntar se a obra vai morrer conforme está. Bem sei que estamos em ano de eleições. E a verdade é que por eu não o apoiar, (é público, o senhor sabe isso, eu mesmo lho disse pessoalmente, sem qualquer medo e sem receio) o senhor, pura e simplesmente, ignora os assuntos a tratar na Freguesia. O senhor disse-me (e tenho testemunhas do que disse há pouco, o que infelizmente vai sendo importante nos tempos que correm, o ter testemunhas, não é?) que relações pessoais não havia, isso já o sei, e institucionais que logo veria. E é aqui que o senhor dá um grande tiro no pé. Eu já disse, digo e direi sempre. Na minha vida privada, eu falo para quem quero e para quem entendo que merece. Nas minhas funções, enquanto Presidente de Junta, eu trato todos por igual. Todos. É o senhor que me acusa de traição e de me demitir das minhas funções, mas acabou de cair no maior erro, mostrou o seu verdadeiro espírito. É um ato reprovável e inadmissível que ninguém lhe perdoa. Isto, desculpem, mas tem que ser dito publicamente. A Guarda tem de saber quem é o verdadeiro Dr. Carlos Chaves Monteiro. E mais, vejam o absurdo, teve a coragem de me negar, cara a cara, que eu o acompanhei na visita que ele fez à Freguesia, ele e um outro elemento da Câmara e também na presença do Secretário da Junta de Freguesia. Negou que eu estive presente, que eu tinha delegado a função a outro. Disse-nos, a mim e ao Secretário da Junta, numa reunião, na Câmara, que o nosso acordo tinha ido para o fundo do monte. Portanto, o monte dos Acordos, que tinha ficado no fundo. E eu pergunto, porquê? É por não o apoiar? Porque denuncio aqui o não cumprimento para com a minha Freguesia? Porque não me calo face às mentiras que apregoa? Ou porque apresento aqui aquilo que muitos têm medo de dizer? Onde está a liberdade de expressão? Onde está a liberdade de escolha? Onde está a democracia? Morreu na Guarda? Eu não posso apoiar quem eu entendo que devo apoiar? Eu sou obrigado a apoiá-lo, quando entendo que não o merece? Vai negar,

também, que a sua gente anda no terreno a tentar denegrir o meu nome? Mas há mais mentiras e atenção para isto. E seria bom, até para evitar conflitos com as outras Freguesias, que fosse aqui esclarecido, perante todos, onde é que a Freguesia de Santana D’Azinha recebeu mais 15 mil euros só para pavimentar ou terminar a pavimentação do caminho do Pisão. Isto foi dito por alguém que anda no terreno a seu mando. 15 mil euros. Suponho que isto teria de ir a Reunião de Câmara, teria de vir à Assembleia, não é? Digam-me então onde é que está? É que, se o fez, cometeu uma ilegalidade. Suponho eu. Reponha a verdade, se faz favor. Ainda ontem, às 15 horas e 17 minutos, alguém que o senhor conhece muito bem, perfeitamente, me contactou a garantir que nós, Junta de Freguesia de Santana D’Azinha, já tínhamos recebido o cheque do Acordo, dos de fevereiro, os 30 mil euros. Acho que também é bem que reponha a verdade, se já o recebemos ou não. Ele ficou de o contactar. Não sei se já o fez, nem se não. Acho bem que se esclareça esta Assembleia e que diga a verdade. É que ainda não vale tudo, senhor Presidente. O quero, posso e mando, é ditatorial e todos eles, que o usaram, tiveram o seu fim. Alguém me ensinou que, se passar na floresta e se vir um leão, devo abrandar o passo e não provocar o animal. Para finalizar, como não há relações pessoais, e institucionais também não, porque as nega, tenho de aproveitar este momento para solicitar ao Município que envie os seus técnicos ao terreno, fiscalizar as obras, tanto a pavimentação do caminho do Pisão, como os passeios do cemitério, e comprovarem que as obras já estão realizadas e concluídas. Eu tentei ligar para o avisar, 2 de junho, 17h35, mas rejeitou a chamada. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém pretende intervir? Não? Muito bem. Senhor Presidente.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Muito obrigado, senhora Presidente. Acho que vou começar pelo fim. E o fim foi mesmo aquilo que a Deputada Dulcineia referiu. De facto, nós vivemos dois mundos, aquele que o Partido Social Democrata construiu nestes últimos oito anos. Uma visão de uma Guarda com ambição, uma visão de uma Guarda de resolver problemas e apontar soluções. Uma visão da Guarda que quer que as coisas andem para a frente, que inclua as pessoas, como referiu, e muito bem, na sua apresentação. Uma visão da Guarda onde não deixamos ninguém para trás, onde todos são importantes. É esse o nosso foco, tem sido essa a nossa matriz, tem sido essa a forma de estar com as instituições que querem, efetivamente, apontar para o futuro, apontar para o desenvolvimento, apontar para uma Guarda aberta à europa, de Capital Europeia da Cultura. Onde, muitas vezes, insinuamos, outras vezes acreditamos até, em que: quais são os passos? Quais são as ações? Tivemos, no Dia da Europa, um dia em cheio, como foi dito aqui pela Dulcineia. Temos o Festival de Jazz a decorrer. Anunciámos o Centro de Dramaturgia para os primeiros formandos, no início desta semana, com o Festival Novos Bardos. Mas também a afirmação de um Plano Municipal de Cultura e o seu contributo, pedimos o contributo, a participação do cidadão para a construção deste Plano Municipal de Cultura. São projetos que têm solidez, são construídos com realismo, com convicção, para, de facto, puxar por esta Guarda porque é para isso que cá estamos. Foi para isso que fomos eleitos. E é com essa visão, e ninguém nos vai retirar essa convicção, haja o que houver, nós temos este rumo e ninguém nos para. Seja como for, venha quem vier, sejam pombos-correios ou não, correias de transmissão, não nos vão impedir de continuar esta senda. Muito bem, Dulcineia, é assim que se afirmam os eixos estruturantes

da nossa política, referiu-os concretamente e, portanto, é por aí, pelo lado positivo, pelo lado da construção que nós trouxemos nestes oito anos, que afirmamos, efetivamente, uma Guarda mais capaz, uma Guarda que quer, efetivamente, ir ao encontro das nossas potencialidades, daquilo que são também as nossas soluções futuras. Uma palavra também para o Miguel que apresentou um eixo, aqui também um projeto que é estruturante, que envolve as nossas Freguesias. Nós vamos atrair mais gente ao território. Vamos ter mais gente a visitar os espaços que são de qualidade, de referência histórica, gastronómica, identitários, de tradição. E, portanto, é esta articulação permanente e constante que nos move na definição de projetos âncora para o desenvolvimento que queremos para o nosso concelho. E está aí, está a acontecer. Nós não vimos a apregoar uma coisa e depois as coisas não acontecem. Não. Ao mesmo tempo que falamos delas, estamos também no terreno a fazer acontecer e é isso que nos dá, de facto, também a confiança e a motivação para continuar a fazer coisas em favor do nosso concelho. Mas, na verdade, Ricardo, também traçaste aqui uma visão estruturante. Também temos que olhar para o passado, no presente estruturar o futuro. E, portanto, se nós não percebermos o que é o passado, ou o que foi o passado na Guarda, não conseguimos, de facto, aprender com os erros e não conseguimos apontar para soluções mais relevantes do desenvolvimento. É esse foco. É atrair mais pessoas, como disse também o Henrique Monteiro, que colocou aqui a questão das pessoas. Nós precisamos de mais habitação, precisamos de mais empresas, precisamos de mais criação de emprego, precisamos de mais ligação do Ensino Superior às empresas, precisamos de serviços públicos mais modernizados do ponto de vista digital. Queremos mais conectividade. Foi aqui dito que não havia conectividade, que é preciso ir mais longe. Além, o Deputado do Partido Socialista. Concordo com ele nalgumas questões, onde, efetivamente, o digital, o conhecimento, a tecnologia é determinante para o desenvolvimento. E nós estamos apostados nisso. Portanto, não retirei, da sua leitura, que excluísse o Município dessa visão, antes pelo contrário. É preciso apostar cada vez mais. Aliás, como sabe, na semana passada foi assinado um projeto estruturante para a Comunidade Intermunicipal, onde a Guarda está com o projeto Re-Connect, onde o 5G é determinante para potenciar todos os demais projetos, seja na saúde, seja na cultura, seja no social, seja no ambiente, seja no mundo empresarial. Nós estamos apostados no 5G. E mesmo que não queiram acreditar que somos nós, pelo menos, no âmbito da CIM, como foi a senhora Ministra da Coesão que presidiu à sessão, é a testemunha visível daquilo que a Comunidade Intermunicipal quer para este território, onde nós temos uma ação preponderante. Mas também resulta desse momento, nunca estiveram, e aconteceu na Guarda, é importante também dizê-lo, embora alguns não quisessem que fosse na Guarda, mas as coisas acontecem. Fazemos por isso e as coisas acontecem. E, na verdade, tivemos desde a Universidade de Évora, até ao Instituto Politécnico de Bragança, passando por Coimbra, por outros Institutos, Leiria, instituições do conhecimento, da tecnologia do ensino superior, estiveram a assinar esse projeto que a CIM assumiu como vanguardista e pioneiro no todo nacional. E, portanto, nós estamos na linha de frente. Estamos a apontar para os eixos estratégicos do Governo, que o Governo também assumiu como prioritário, mas também da União Europeia. Portanto, tudo o que for investimento de futuro, nós estamos lá com a nossa visão e de que forma que podemos integrar esses financiamentos no próprio desenvolvimento do concelho. E, portanto, a tecnologia, a ciência, os laboratórios colaborativos, ainda agora disse, nós temos... está aqui o senhor Deputado Monteiro que

também tem responsabilidades na ULS, e já foi dito muitas vezes que, se a ULS não quiser acompanhar connosco na requalificação, quer do Pavilhão Dona Amélia, quer no Pavilhão Lencastre, nós, se conseguirmos, ou fazemos um protocolo de cedência, em conjunto ou isoladamente, queremos ali fazer um laboratório colaborativo para a saúde. Mas se não for lá, garanto que tudo faremos para ser fora daquele espaço. Mas um laboratório colaborativo na ciência, na tecnologia e na saúde, tem que ser construído, no nosso concelho, nos próximos anos. Seja com quem for. Nós temos esta visão integrada. A União Europeia também valoriza muito mais estas sinergias com a saúde, com a Câmara, com o Instituto Politécnico, com instituições até presentes noutros concelhos, são determinantes para promover esse futuro. E nós queremos estar na linha da frente para poder assumir novos compromissos, novos investimentos, em prol daquilo que todos desejamos. Mas, na verdade, também aqui foi dito e nos foi referido, e eu também tirei que responder. Ao nível social, o Deputado Marco Loureiro colocou aqui uma situação concreta, concretíssima. Nós, quando chegámos ao Município da Guarda, em 2013, tínhamos um senhor que vivia nessa casa, como disse, o senhor Luís Cardoso, e ele não conseguia aceder mecanicamente ao seu apartamento. Nós colocamos lá uma plataforma de acesso. Nós fizemos adaptações dentro da casa. Agora temos dois problemas. Primeiro, a senhora que vive por cima que não deixa entrar ninguém na casa e por isso provoca infiltrações na casa do Luís. Estamos num processo, ou pré prejudicial, ou chegamos a um entendimento e a senhora permite. Porque a senhora, tenho que dizer, mas a nossa comunidade também vive disto, vive com os filhos e se não arranjarmos uma casa para a filha ela não permite que alguém aceda àquela casa. Portanto, isto acontece ainda no século XXI. Mas nós estamos a tratar desta situação, nem que em última instância seja por via judicial para nós acedermos ao piso de cima e podermos fazer as reparações necessárias. Mas também é certo que queremos adaptar melhor o espaço, mas também para isso temos que ter a colaboração do pai do Luís, porque desde que vão lá os senhores da manutenção, cada vez que lá vão, muitas das vezes são impedidos até de aceder à plataforma de acesso. Portanto, tem que haver aqui este equilíbrio. E nós temos isso reportado por escrito, que as equipas de manutenção destes equipamentos chegam ao espaço e não têm, de facto, possibilidade, algumas das vezes, até para manter essa resposta permanente. A questão da eletricidade, a única forma é mesmo os meios mecânicos ir por aquela via, ou então encontrarmos uma outra casa de rés-do-chão onde evitamos um conjunto aqui de limitações, como foram aquelas que foram evidenciadas. Não deixamos ninguém para trás. Não queremos deixar também o senhor Luís Cardoso para trás, mas há aqui situações externas que prejudicam o normal andamento deste processo e com prejuízo claro para o próprio arrendatário da Câmara Municipal da Guarda. Deputado Henrique Monteiro, eu também concordo. Em 2016, com os protocolos, acordos de associação, por questões ideológicas, esta Escola do Outeiro de São Miguel resistiu ao máximo, eu falei com o responsável, já são mais de 3 milhões de euros de custos nestes cinco últimos anos. E, verdadeiramente, claro, a opção foi anos e anos investir no ensino público e privado. A partir de 2016, uma opção política e ideológica do Partido Socialista, o Governo, e mais um efeito, apesar do esforço... e eu só dou evidência a isto, porque, em 2016, muitos fecharam. Mas o Outeiro de São Miguel quis resistir e resistiu, mas chegou a um momento que já não é possível resistir mais e com consequências sociais, como aconteceu em 2016, que se prolongou no tempo com esta mesma circunstância. A senhora Deputada Paulisa, eu até levaria totalmente

a sério, ela já não está, mas levaria totalmente a sério quando usou este paralelismo que, no primeiro mandato, com o Álvaro Amaro, as coisas corriam bem, no segundo mandato já correram mal. Mas o problema, isto é quase como o João queimado. O indivíduo tantas vezes dizia que estava a arder que, quando estava a arder mesmo, já ninguém acreditava nele. Ela é igual, a senhora Deputada. Porque, na verdade, nós recordamos bem, com Álvaro Amaro, o que dizia sobre as questões do Pólis, as questões da limpeza, as questões da jardinagem. Portanto, penso que não é para levar a sério. Mas nós, como somos coerentes, eu reconheço. Aqui está. Reconheço que o Polis e o lago não estão ao nível da cidade que nós hoje queremos para oferecer, não só aos que cá estão, mas também àqueles que nos visitam. Também reconheço. Por isso mesmo o concurso público está a terminar. Foi lançado um concurso público, com consulta prévia, melhor dizendo, de novas empresas para podermos colocar outra empresa, porque esta demonstrou-se incapaz para responder àquilo que são hoje, já não são necessidades, é uma imagem que a Guarda tem que ter. E eu reconheço. Não diretamente, porque a partir do momento que celebramos um contrato é para cumprir. Mas uma das partes não cumpriu cabalmente aquilo que era o nível e a qualidade e a exigência que aquele Parque Polis e designadamente o lago. Pese embora os problemas estruturais que tem, estamos a trabalhar numa solução para ver se encontramos, a curto prazo, ou a médio prazo, para poder responder aos problemas intrínsecos que tem, e lá estaremos para novamente fazer investimento. Mas temos, efetivamente, que corrigir. Já há alguma correção no terreno. Mas, mesmo assim, insuficiente para manter a imagem que a Guarda merece e que nós temos que nos orgulhar. Portanto, reconheço, mesmo percebendo alguma demagogia, porque não se pode umas vezes ser a favor, outras vezes ser contra, só por ser. Mas, verdadeiramente, há uma coincidência no ponto de vista. Desta vez acertou, porque eu também reconheço essa circunstância. As irregularidades das tampas, estamos a tratar. É verdade, na António Sérgio, nem tinha essa perspetiva, mas faz muito barulho... quer no largo da Sé, na Praça Velha, aqui também temos algumas dificuldades a esse nível. Mas iremos corrigir essas situações mais negativas, designadamente também no problema da poluição sonora. Para terminar, também dizer, as acessibilidades. Já houve um projeto, ainda antes de nós chegarmos, ao nível das correções de rampas e promover mais acessibilidade, mobilidade sustentável. Nós temos um projeto que está neste momento a ser elaborado para fazer novamente novas correções a novas infraestruturas e a outras que na altura também não foram corrigidas. Estamos a trabalhar muito nessa área, porque é, de facto, também aqui, um eixo importante de desenvolvimento, onde as pessoas têm que usufruir da cidade onde vivem em condições de segurança, de estabilidade, de bem-estar. E, portanto, é uma matéria que estamos a trabalhar. Os efeitos ainda não são evidentes, mas acredito que, nos próximos tempos, possamos apresentar melhores resultados a este nível, fruto do trabalho que está a ser desenvolvido em conjugação com especialistas também na área. Disse. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Passamos, agora, ao ponto 2.2.” -----

Ponto 2.2 - Transposição do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela (POPNSE) para o Plano Diretor Municipal da Guarda - Alteração por Adaptação do Plano

Diretor Municipal da Guarda e posterior retificação do Regulamento e Planta de Ordenamento - conhecimento. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Isto vem à Assembleia, apenas para conhecimento. O senhor Presidente quer falar sobre este assunto? Se houver alguém... muito bem. Alguém pretende intervir? Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem, eu tenho que intervir, porque já falei sobre as paisagens e este ponto tem a ver com as paisagens do nosso concelho, até porque o Parque Natural da Serra da Estrela é uma parte importante do nosso concelho. Temos aqui o exemplo de como a preservação das paisagens rurais, em particular da Serra da Estrela, nos interessam quanto ao nosso quotidiano e quanto à cultura e ao fenómeno turístico, fazendo-nos estar atentos aos processos de construção e reconstrução dos edifícios que se inserem no nosso espaço urbano e rural, mantendo a nossa identidade cultural. Convinha, por isso, que este processo fosse associado a uma atitude proactiva da Câmara de apoio a medidas de melhoria da qualidade paisagística e de requalificação do património edificado. É o que devemos ligar à questão do 1º Direito, que vai ser analisado no ponto 2.5, embora fora do âmbito adstrito do Plano de Ordenamento e do PDM, e, claro, aliando a construção de edifícios e estradas com a preservação da natureza para que nada a agrida. E agora queria lembrar uma coisa que há pedaço me esqueci, embora estivesse aqui nos meus papéis. Queria agora perguntar qual é a atual estrutura organizativa da Candidatura da Guarda a Capital Europeia da Cultura e ainda como está articulado com os diversos concelhos parceiros que a apoiam e trabalham para o seu sucesso. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Não? Senhor Presidente, quer responder?” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Nem percebi bem a pergunta. O tema é um, a pergunta é outra. Quer dizer... sim, mas o tema agora é inserção de um normativo corretivo àquilo que foi a integração do Plano do Parque Natural da Serra da Estrela no PDM. E é sobre isso que eu agora ia responder. A outra questão, tem que então ser mais preciso na pergunta que quer que eu responda. Sobre a cultura, a estrutura organizativa. A estrutura organizativa está e é bem visível daquilo que foram as nossas opções. Temos a Comissão de Honra, temos a Estrutura Executiva dirigida por Pedro Gadanho. Está também o órgão municipal que tem a presença de todos os Presidentes de Câmara que envolvem a Candidatura a Capital Europeia da Cultura, dirigido por mim. Concretamente, o que é que pretende? Se falta alguém? Digame. Se falta alguém, se é preciso aportar novas entidades? Estou mais aberto a colocar a questão a si, do que eu fazer agora aqui um conjunto de palavras dispersivas para explicar a estrutura orgânica da Capital Europeia da Cultura. Mas pode-nos mandar um email e nós, pontualmente, responderemos àquilo que forem as suas questões.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Passávamos, agora, então, ao ponto 2.3.” -----

Ponto 2.3 - Discussão e votação do Regulamento do Conselho Municipal do Associativismo da Guarda. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “O senhor Presidente, pretende falar? Faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Sim, senhora Presidente, só uma nota prévia também. Nós temos, todos nós aqui temos a noção da importância do mundo associativo e das associações quer nas freguesias rurais, quer também na freguesia urbana. Elas são também muito do pulsar e da dinâmica das atividades que se desenvolvem no nosso território. Hoje temos aqui uma dimensão de mais de cem associações, de diversas índoles, que desenvolvem a sua atividade no nosso território. E nós entendemos por bem definir um Regulamento que estabelecesse a criação do Conselho Municipal do Associativismo da Guarda. Quem é que constitui este Conselho Municipal? Portanto, um representante de cada uma das associações, o Presidente da Câmara, também o Vereador que tem o respetivo pelouro, também um representante de cada grupo parlamentar. E, portanto, é nesta interação e de promoção também do diálogo e discussão de questões que são fundamentais para promoverem ainda mais o associativismo, que gerou a necessidade de criar este Regulamento, que, na sua génese e na sua base, fomenta a criação de um órgão, que não existiu até este momento, e que consideramos imprescindível para conseguir apurar melhor aquilo que é uma estratégia global para o território a partir do associativismo. E claro que não deixa também de estar integrado na nossa estratégia da Candidatura a Capital Europeia da Cultura, uma vez que, como aqui é dito na proposta, o associativismo assume um papel preponderante no diálogo, na criação e na descentralização cultural do território e sendo a evidência de um amplo apoio da comunidade local à Candidatura, dos critérios determinantes de avaliação das propostas da Capital Europeia da Cultura. Ou seja, essa dinâmica, esse Conselho, tudo o que fizer, consegue, de facto, aportar mais valor, mais solidez àquilo que é um dos princípios ou um dos requisitos da Candidatura e que o júri, com certeza, também irá avaliar positivamente, pela envolvimento, pela convergência de interesses, pela proximidade de ação que existirá entre este órgão e a própria Candidatura a Capital Europeia da Cultura. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Alguém pretende intervir sobre este ponto? Senhora Deputada Sandra, faz favor.” -----

- **Deputada Sandra Amaral Santos (PS):** “Boa tarde, cumprimento a todos de forma geral. Eu tenho aqui alguns esclarecimentos que gostaria de pedir sobre este Regulamento que suscitaram algumas dúvidas. Portanto, no artigo 10º, o Plenário tem as seguintes competências: no ponto 1 - aprovar o plano e o relatório de atividades. Da leitura dos artigos 2º e 3º, não fica claro que tipo de atividades terão enquadramento no âmbito deste Conselho. Sendo que o mesmo será de natureza consultiva, orientadora e dinamizadora, que tem por objetivo promover e articular a troca de informação e cooperar com entidades que têm intervenção no domínio associativismo, terá este Conselho dotação orçamental? No artigo 11º, mesa do plenário, no ponto 1: a mesa do plenário é constituída por um Presidente e dois Secretários. Preside à mesa do plenário o Presidente da Câmara Municipal da Guarda. 3º, o segundo Secretário é eleito entre os membros do plenário. As minhas perguntas são: quem é

o primeiro Secretário, o Vereador da Divisão da Cultura, Turismo, Juventude e Desporto? É que não está claro, não é evidente. Se o Presidente da Câmara delegar no tal Vereador da Divisão a Presidência do Conselho, conforme está disposto no artigo 6º, quem será então o outro Secretário? Não compreendemos o que se pretende definir na expressão Vereador da Divisão, pensávamos nós que os Vereadores tinham Pelouros e as Divisões tinham Chefes de Divisão. Não estão os Pelouros da Cultura, Turismo, Juventude e Desporto, sobre a alçada de diversos Vereadores diferentes do Executivo? No artigo 12º, as reuniões do Conselho são convocadas pelo Presidente da Mesa do Plenário. A ordem dos trabalhos é da responsabilidade do Presidente da Mesa do Plenário. O Plenário deverá ser convocado com uma antecedência mínima de quinze dias, onde deve constar a data, o local, a hora e a ordem dos trabalhos. No artigo 15º diz, no ponto 4, que da convocatória devem constar, de forma expressa e especificada, os assuntos a tratar na reunião. E, depois, no artigo 18º, na Ordem de Trabalhos, no ponto 5, refere: a ordem do dia deve ser entregue a todos os membros do Conselho com a antecedência de pelo menos 48 horas sobre a data da reunião. Afinal, a ordem dos trabalhos deve ser enviada na convocatória com 15 dias de antecedência, ou com a antecedência de pelo menos 48 sobre a data da reunião? Estas 48 horas de antecedência pretendem ser contadas sobre a data ou sobre a hora da reunião? É que fica confuso contar horas sobre dias. No artigo 20º, nas deliberações, no ponto 3, está escrito apenas no ponto 3: em caso de empate numa votação, o Presidente do Conselho ou o seu representante. Presume-se que este ponto pretende dar voto de qualidade ao Presidente do Conselho, no entanto, o artigo não permite esclarecer esta questão. Isto são apenas pequenas questões, vamos aprovar o Regulamento, estamos a favor, claro, mas que poderiam estar de formas mais evidentes para não suscitar posteriores confusões. Obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “A senhora Deputada, que falou antes de mim, levantou algumas das coisas que eu ia também levantar. Mas pronto, já não vou falar nisso. Concordo, em muito, com ela. Agora, eu estou no Conselho Municipal da Juventude por inerência de ser o Deputado único da CDU. Estou lá e até foram muito simpáticos comigo e elegeram-me Secretário. De maneira que, é assim, eu queria que houvesse aqui uma compatibilização entre as funções do Conselho Municipal do Associativismo com as questões da juventude. Claro que a juventude é uma entidade diferente da velhice, ou seja, daquilo que eu sou e mais os outros, mas o que é certo é que a juventude tem que ter a sua autonomia. E penso que aqui, neste Regulamento, devia ser permitido essa autonomia à juventude, até para ela ter uma dinâmica que lhe permitisse desenvolver certas atividades, que nós, os mais idosos, não estamos para aí virados, mas que devemos permitir essa atividade aos jovens. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Não? Senhor Presidente, faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Muito obrigado, senhora Presidente. Eu não aponte todas as questões que colocou. Mas se havia execução orçamental é uma das questões, não é? Claro que temos aqui um conjunto de atribuições, essas atribuições irão ser reduzidas a ações, essas ações justificarão um orçamento do próprio Conselho. E com certeza que

teremos que dotar uma verba no orçamento para dar resposta a um Regulamento e à criação de um novo organismo que está a nascer agora. E, portanto, depois vai ter toda a consequência normal da criação de um órgão desta natureza. Os objetivos, eu chamei-lhe atribuições, objetivos no artigo 3º. Depois, a questão, se eu bem percebi... quer dizer, uma coisa é a convocatória da reunião, 15 dias. Outra coisa são os assuntos que podem ser entregues até 48 horas. Mas, se alguma coisa está menos clara, quer dizer, ou nos fazem chegar e nós avaliamos se, de facto, há aqui... repare, o Regulamento é uma norma jurídica de valor hierárquico inferior a uma lei e a outras normas. Mas, ainda assim, obedecem, nas omissões e nas lacunas, a normas gerais. Qualquer coisa que não esteja aqui previsto, pode estar numa norma geral que regula a composição destas associações, designadamente o código civil pode colmatar algumas das falhas ou lacunas, porque não temos que aqui prever tudo. Coisa diferente é termos aqui uma situação de contradição ou erro patente e aí temos que corrigir. Agora, a técnica legislativa e de interpretação, muitas vezes não se cinge só ao documento que temos aqui. Há outras formas de interpretar certas circunstâncias menos claras, ou mais imprecisas, e a técnica interpretativa justificará a correção em função das circunstâncias de alguma lacuna ou alguma omissão. Se, entretanto, houver, como eu disse, algum erro, incorreção, incoerência, aí convém corrigir. Ou, senão, vai ser corrigido posteriormente, porque não podemos ter um Regulamento que, do ponto de vista da sua estrutura lógica, não assente numa base perceptível ou que se torne incoerente. Isso é de corrigir já. O resto é técnica interpretativa. Penso que poderemos assumir este documento como um documento que, globalmente, responde àquilo que são as exigências legais e normativas de um regulamento que tem estas características. Se houver outras circunstâncias, nós podemos ponderar. Se, entretanto, não fui suficientemente claro, faça-me chegar por escrito e nós vemos. Da Assembleia, nós sabemos qual é a composição da Assembleia. Um membro de cada associação, o Presidente da Câmara, o Vereador que tem a tutela sobre a área do associativismo e também um representante de cada grupo parlamentar. Desta Assembleia, sabemos uma coisa e o Regulamento define. O Presidente é o Presidente da Câmara. Segundo, nos seus impedimentos será o Vereador que o substitui. Os outros dois elementos serão indicados pela Assembleia e terão suplentes para o caso de haver alguma situação de incompatibilidade ou de sobreposição para gerir essa circunstância. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Passamos, então, agora, à votação.” -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.3 - Discussão e votação do Regulamento do Conselho Municipal do Associativismo da Guarda.* -----

- Aprovado, por unanimidade, com cinquenta e quatro votos a favor. -----

Ponto 2.4 - Atribuição de Benefícios Fiscais Previstos no Artigo 71.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais - Isenção de IMI/ARU. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, quer tomar a palavra?” ----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Não, senhora Presidente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não? Só se levantarem questões? Muito bem. Alguém pretende intervir sobre este ponto? Não? Muito bem. Então, passamos à votação.” –

- *Resultado da votação do Ponto 2.4 - Atribuição de Benefícios Fiscais Previstos no Artigo 71.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais - Isenção de IMI/ARU.* -----

- Aprovado, por unanimidade, com cinquenta e sete votos a favor. -----

Ponto 2.5 - Discussão e votação da Estratégia Local de Habitação do Concelho da Guarda. –

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, pretende falar? Faz favor.”

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Sim, muito obrigado. Esta Estratégia Local de Habitação é um documento que encerra em si um conjunto de pressupostos que são fundamentais para nós podermos, no fundo, fazer futuros investimentos. Também, investimentos esses, apoiados quer pelo PRR e até pelo 2030. Se não houver esta estratégia, é quase impossível nós podemos recorrer a esses apoios. Mas ela encerra em si aqui um conjunto de factos, designadamente o diagnóstico do nosso território, do nosso concelho. Saber qual é a oferta que existe neste momento, qual é o número de famílias carenciadas que necessitam deste apoio, e, aquelas que, já beneficiando do apoio, ainda assim, a habitação não é adequada nem condigna para o seu bem-estar e do seu agregado familiar. Portanto, há aqui um vasto leque de soluções e também um vasto leque de investimentos que o Município terá que fazer, assente nesta própria estratégia, onde nós nos podemos socorrer aqui de vários instrumentos, naquele que é o primeiro eixo que é o Programa do 1º Direito. Tem várias modalidades: o arrendamento, a reabilitação, a construção e a aquisição. Portanto, qualquer uma destas vias é suscetível de ser integrada no projeto de financiamento. O Município pode recorrer também a uma destas vias: compra e reabilita; compra ou arrenda e depois subarrenda, também é uma forma, paga uma renda ao proprietário e depois vai subarrendar em condições mais favoráveis a pessoas e famílias mais necessitadas. Também pode construir de raiz, e sabemos todos que um dos focos da construção será no Bairro da Fraternidade em terreno do Município. Há ali algumas questões legais com o IHRU, porque, de facto, as casas que lá estão ainda, e temos ali cerca de cinquenta famílias, e, portanto, necessita de ser tudo reabilitado. Os arrendatários, as famílias são arrendatárias do IHRU e o terreno foi cedido, há uns trinta e tal anos, pelo Município da Guarda, onde se construíram aquelas habitações. Hoje, todo aquele espaço tem que ser repensado e requalificado e é ali que vai acontecer também um dos eixos de investimento que, ao nível da habitação, o Município tem que executar. Portanto, quando falo em construção é também aqui um eixo primordial, designadamente naquele espaço, como há outros. Há um que eu já o identifiquei, penso que ali naquela zona debaixo do Vanguarda. É compatível com a zona da feira, nós temos aquela área que é usada já como via e como feira, mas, do lado direito, também é do Município. E, portanto, essa grande dimensão poderemos compatibilizar a requalificação do espaço, com vista à feira e com vista a mais habitação social. Claro que, se não houver terrenos, teremos que comprar terrenos também a privados para poder fazer construção nova. Nós já sabemos também, daquilo que são as necessidades de momento, as tipologias necessárias. Cerca de dez T2, cinquenta e sete T3, quarenta e um T4, isto por via da construção, aquisição ou reabilitação. No bairro de Fomento, só para termos uma ideia, também não vos quero maçar muito. No Bairro do Fomento temos quarenta agregados. No Bairro da Fraternidade mais três.

Quinta das Casetas, três agregados. No antigo matadouro, dois agregados. Habitações sociais Municipais, dezassete. Rua Duque de Bragança, nove. Bairro 25 de Abril, cinco agregados familiares. Património dos Pobres, catorze. Centro Social e Paroquial de Maçainhas, quatro. Quinta do Pinheiro, Urbanização Monte Miranda do IHRU, vinte e três e mais vinte e cinco habitações Municipais. Depois, temos mais habitações Municipais, dez agregados que estão nessas habitações. Quarenta, do núcleo degradado da cidade. Estes aqui já são mais preocupantes, portanto, estes têm que ter uma prioridade no investimento. E, depois, temos ainda, dispersos pelo concelho, privados, cerca de setenta agregados identificados. E, portanto, no fundo, com esta estratégia que ainda vai ter que ser apresentada ao IHRU, nós estaremos lá para, em articulação com eles, podermos afirmar este diagnóstico, e depois uma resposta já imediata para, no próximo ano, já começarmos a fazer projetos e a elaborar construção, execução de obra. E dizer também que este não é um documento fechado. Ou seja, se a realidade, a curto prazo, se demonstrar outra que não aquela que está aqui plasmada, nós podemos adaptá-la de forma a ir mais ao encontro das necessidades que se verificaram nesse momento. Este foi o primeiro estudo, foi uma primeira abordagem e perspectivas sobre a situação atual. E com certeza que estamos empenhados para dar resposta, não só às famílias mais carenciadas, aos jovens. Aí podemos também, no âmbito da estratégia local, os jovens com algum rendimento, mas ainda assim baixo para pagar rendas que o mercado não responde. E depois há também aquele eixo importante que é de reforçar a mão-de-obra e os recursos humanos para as empresas. E, se recorrermos a essa solução, também temos que ter habitação para quem vier viver e trabalhar para o nosso território. E por isso também tem que ser uma resposta que o Município tem que preparar nos próximos tempos. Disse, senhora Presidente. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Alguém pretende intervir? Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Este 1º Direito, é um direito muito importante na nossa vida, na nossa sociedade. Mas aqui, no caso da nossa Câmara, centra-se em demasia a atuação da Câmara na parte fiscal que deve ser articulado com Planos de Ordenamento do Território, de que tomámos conhecimento no ponto 2.2, e ainda do combate à pobreza, incluindo a que se deve associar ao combate aos baixos salários e reformas diminutas, que implicam a inacessibilidade de parte da nossa população a este direito, que por isso emigra como verificamos no nosso concelho. Isso é evidente nas últimas estatísticas. Deve assim combater-se os processos migratórios, que muito têm a ver com a falta de condições no nível de acesso ao aquecimento, expressa, nomeadamente, na pobreza energética de que não se fala neste documento. Fala sete vezes de eficiência energética, sem dar notícia de como a conseguir, quando a nossa população é obrigada a viver com salários baixos e de reformas escassas, sendo isso um sacrifício que os governantes dizem ser necessário, sem que procurem melhorar o funcionamento do sistema financeiro, que, como sabemos, é um sorvedor de recursos que faltam na habitação do nosso concelho. Tudo deve ser acompanhado de um plano de incentivos à requalificação do Centro Histórico da nossa cidade e das nossas aldeias. Não foram, nestes contextos, analisados os efeitos negativos das más condições de habitabilidade, do insucesso escolar e na saúde. E era o que devia ter sido feito. Por outro lado, pensando mais largamente, há que estruturar uma política municipal de melhoria da habitação e do acesso ao saneamento de bairros, como é o caso do Torrão, que parece estar

afastado dos cuidados da Câmara, embora esteja quase no centro da Guarda. Sendo tudo, talvez, devido à situação dúbia sobre quem é o dono das infraestruturas do bairro, a Câmara ou o antigo construtor, o senhor Morato, já falecido, ou dos seus herdeiros. Pergunto, se a Câmara já tomou posse administrativa dos terrenos em que estas infraestruturas estão implementadas, para que possa requalificar este bairro e dar aos seus moradores a qualidade de vida a que têm direito, fazendo a asfaltagem da rua principal e ainda acabar com o estacionamento de camiões da fábrica que está perto. Toda a cidade merece ser tratada por igual, na atenção da Câmara, quanto à habitabilidade e urbanidade e, conseqüentemente, quanto ao 1º Direito, o de habitar condignamente, embora os mais populosos possam render mais votos, os polos mais populosos. A Câmara não deve esquecer as questões da toponímia, colocando entre parênteses a designação antiga, para que não se esqueça a parte da história da cidade e de que país. Eu posso dizer que estive a estudar a questão das lutas que houve entre a Câmara Municipal da Guarda e a empresa da luz elétrica da Guarda que era na Rua da Bandeira. Depois perguntei a uma pessoa amiga, a Rua da Bandeira é a atual Rua Sacadura Cabral. Assim como a rua que está ao lado da Câmara era a Heliodoro Salgado que, depois, por causa do nosso fascismo, foi cognominada ou denominada Infante Dom Henrique. Portanto, eu acho que, assim como há em muitas terras, deve ser colocado, deve ser requalificada a toponímia da Guarda que está a faltar e, ao mesmo tempo, nessa toponímia, deve ser posta o nome moderno e o nome antigo, para que eu, por exemplo, como investigador, não sabia onde é que era a Rua da Bandeira, tive que andar a perguntar e lá descobri. Assim, se estiver lá o nome antigo e o nome moderno, é mais fácil para os investigadores e para todos nós. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado Aragão, faz favor.” -----

- **Deputado Luís Aragão (PSD):** “Eu só tenho aqui uma dúvida neste documento. Fala, num sítio, em Bairro da Fraternidade e, noutro sítio, fala em Bairro do Fomento. Eu, Bairro da Fraternidade conheço. O Bairro do Fomento não. Tecnicamente, até podem ser distintos, mas, de uma forma geral, as pessoas conhecem aquilo como Bairro da Fraternidade e não como Bairro da Fraternidade e Bairro do Fomento. Portanto, partindo do princípio que é o mesmo, esses dois pontos deveriam ser fundidos num só. Digo eu. Se são diferentes efetivamente, peço desculpa pela nota. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhora Deputada Conceição, faz favor.” -----

- **Deputada Maria da Conceição Santos (PS):** “Na pessoa da senhora Presidente da Mesa da Assembleia, cumprimento a todos e a todas. A maior dificuldade dos agregados familiares mais vulneráveis, está no acesso a uma habitação condigna e a preços compatíveis com os seus rendimentos. As políticas sociais em geral e a política de habitação em particular, vai no sentido de alcançar a universalidade desse direito. Uma habitação condigna, de modo a potenciar e melhorar as condições de vida das famílias mais carenciadas. A estratégia local de habitação, é um instrumento de planeamento essencial e decisivo na aprovação de projetos e respetivos financiamentos. E, se ao Estado compete assegurar os meios para a implementação de políticas locais de habitação, cabe ao Município responder aos desafios das novas políticas habitacionais e executá-las no território, ultrapassar as carências

diagnosticadas, garantir a criação, a reabilitação e a manutenção de um parque habitacional sustentável e revitalizado. A bancada do Partido Socialista, já tinha vindo junto desta Assembleia Municipal falar sobre os vários programas da importância do planeamento em matéria de habitação e da importância da reabilitação do parque habitacional, nomeadamente do Bairro da Fraternidade. Assim, sendo a estratégia local de habitação um meio para responder aos desafios de uma nova geração de políticas de habitação, a bancada do Partido Socialista votará favoravelmente. Muito obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhora Deputada. Senhor Deputado Marco Loureiro, faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigada, senhora Presidente. Parece-nos ser mais do que importante haver organização e haver, de uma vez por todas, uma visão para a habitação. Eu alerto que, durante anos e anos, muitos erros foram cometidos, não só a nível local, mas era uma política recorrente, a nível nacional, criar bairros intitulando-os bairros sociais e criando completamente guetos. Colocando, rotulando, colocando pessoas, independentemente das suas comunidades, das suas tradições, dos seus hábitos e foi muito fácil, em alguns Municípios pelo país fora, durante anos e anos, dizerem que seria o mais fácil encaixotá-los. Criar ali zonas, onde, infelizmente, depois, se abandonaram essas mesmas comunidades. Em pleno século XXI, nós temos que ter outra visão. Eu quero aqui deixar uma chamada de atenção para que, num futuro próximo, este Planeamento, na sua execução, tenha em atenção todos os pormenores que devem ter, quer na sua regulamentação, quer na aplicação da atribuição da habitação social, para que não se caia nestes erros do passado. Dizer também que a habitação social ou a habitação de apoio aos mais jovens, não tem que haver diferenciação relativamente a algumas das zonas onde são previstas a construção destes focos. E porquê? Porque só assim é que, de verdade, ajudamos a uma integração de toda uma comunidade. Deve ser com a dispersão e, depois, ao mesmo tempo, com essa junção de diferentes profissões, de pessoas que têm até culturas diferentes, isso é a melhor forma de, num futuro próximo, termos uma comunidade que, hoje em dia, na Guarda, várias são as que já estão extremamente inseridas. Mas procurando ainda fomentar cada vez mais essa inserção, deve ser uma preocupação da Câmara. Ter o cuidado quando faz determinadas atribuições, ou quando abre determinadas opções para que essas pessoas possam ir habitar. Nos últimos tempos, acho eu que tem havido essa preocupação. Parece-me que há um cuidado maior relativamente a isso. Mas eu acho que nunca será demais reforçar esta ideia de que precisamos de abrir horizontes e não continuar, como outrora fizeram, que foi mesmo encaixotar. Essa era a palavra, encaixotar aqueles que nós achávamos que não eram iguais a nós. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado Henrique, faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Obrigado, senhora Presidente. Eu realmente gosto muito das intervenções do Deputado Marco Loureiro e das bandeiras do Bloco de Esquerda. Mas, quando damos conta, eles têm as bandeiras completamente rasgadas. É a questão da violência doméstica, é a questão da habitação. Aliás, e eu acho que o senhor Deputado Marco Loureiro podia vir aqui sugerir o nome de Ricardo Robles, ex-Vereador de Lisboa, para assessorar a Câmara nesta estratégia social para a habitação. Aliás,

porque de social é o que ele mais entende. Comprava a baixo preço à Segurança Social e depois colocava no mercado a preços exorbitantes, à laia do especulador especialista. Ou então, chamar cá também aquele ex-Vereador de Olhão, que se apropriou, que liderava uma rede, que se apropriou de imóveis no valor de cerca de 10 milhões de euros, através de usucapião. Eu penso que são dois bons exemplos para defender as bandeiras do Bloco de Esquerda. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Muito rapidamente, já esgotou em um minuto e meio o seu tempo, senhor Deputado. Vá, venha lá dizer que no melhor pano cai a nódoa.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Realmente... é que eu não sei o que é que esta intervenção do CDS-PP teve a ver com a temática. Por acaso não é o Bloco de Esquerda que apresentou este Plano. Poderia ter sido. Um dia, quando estivermos a governar a Câmara Municipal da Guarda, cá estaremos para depois lhe responder. Provavelmente não será a si, senhor Deputado. Não será a si. Aparenta-me que... não sei se ainda é do CDS-PP. Não sei. Por enquanto, ainda está a representar aqui o CDS-PP. Mas olhe, senhor Deputado, realmente, se calhar, com aqueles milhões e milhões e milhões que investimos em submarinos, provavelmente teríamos dado muito melhores condições de habitabilidade, a nível nacional, a milhões de pessoas e não apenas a algumas centenas. Por aqui me fico.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem, já todos percebemos que no melhor pano cai a nódoa. É transversal, não vale a pena estarmos aqui a... Mais alguém para intervir? Não? Muito bem. Senhor Presidente, quer responder? -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Sim, senhora Presidente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Só um pequeno esclarecimento, na questão que colocou sobre os conceitos antigos e os novos. Nós não temos aqui nenhum conceito antigo. Foi focado aqui pelo senhor Deputado Aragão. De facto, havia ali, naquele espaço, o Bairro da Fraternidade e o Bairro do Fomento. Fomento, porque foi um projeto ainda, salvo erro, a seguir ao 25 de abril, e era Fomento. E havia casas que tinham um regime legal específico. E depois, mais tarde, houve um outro regime, que são as casas que ainda lá estão do IHRU. E daí, no mesmo espaço, haver estes dois conceitos. Mas por isto designamo-lo, porque foi a herança histórica que tivemos sobre o espaço, mas não é por isso que vamos agora aqui criar guetos ou criar já uma visão de discriminação, se o termo se pode aplicar, a esta circunstância. Não. Nós queremos integrar, de pleno direito, todos os cidadãos que aqui vivem. E para isso esta estratégia é fundamental, sem estarmos aqui com essas preocupações, porque o cidadão merece o mesmo tratamento, é igual perante a lei. E nós, que cumprimos a lei, temos que respeitar esses princípios. Eu não queria que houvesse qualquer dúvida a esse respeito. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Muito obrigada. Vamos, então, votar.” -----

- Resultado da votação do Ponto 2.5 - Discussão e votação da Estratégia Local de Habitação do Concelho da Guarda. -----

- Aprovado, por unanimidade, com cinquenta e cinco votos a favor. -----

Ponto 2.6 - Discussão e votação da proposta de Alteração Extraordinária ao Mapa de Pessoal de 2021. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, quer dizer algumas palavras sobre este ponto?” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Sim, muito obrigada, senhora Presidente. Relativamente a esta matéria, nós, na sequência da última alteração do mapa de pessoal, que obedeceu aos critérios objetivos que estão lá plasmados, designadamente a necessidade efetiva para o serviço, o desempenho de funções de complexidade superior à carreira onde se encontram, o elevado grau de compromisso, ao potencial demonstrado, a antiguidade na função pública, os anos decorridos após a sua formação, a avaliação de desempenho. Estes foram os critérios que estiveram na base da primeira alteração ao mapa de pessoal, que foi aprovado também na última Assembleia Municipal. Nós, de acordo com estes critérios, avaliámos, portanto, toda a carreira de Assistente Técnico, Técnico Superior, Assistentes Operacionais, e atualmente detetamos que a equipa de trabalho não dispunha de todas as informações e foram conhecidas outras necessidades. E por isso as mesmas estão colmatadas nesta alteração. São mais dez pessoas. Dez recursos humanos que já estão integrados nos quadros da Câmara, mas que eram Assistentes Operacionais e passaram a Assistentes Técnicos. Outras circunstâncias, justificou também, de acordo com estes critérios, a evolução para Técnico Superior. Portanto, foi a valorização de mais dez recursos humanos que se vieram juntar aos outros setenta e poucos que já tinham beneficiado, de acordo com esses critérios, de uma valorização profissional. Esta solução não termina aqui. Efetivamente, e no futuro, nós queremos promover aqueles que se qualificaram, porque tinham habilitações inferiores e hoje evoluíram nessa capacitação. Portanto, por esse facto, mas também juntando o desempenho nas funções, de acordo com aquilo que foi há pouco referido por mim, nós iremos continuar a alterar o quadro pessoal na lógica de defender aqueles que têm zelo, que são diligentes, que são respeitadores da organização, que cumprem os horários, que cumprem... Portanto, tudo isto é fator positivo para a valorização dos recursos humanos e essa também é a nossa função, de valorizar através do cumprimento de regras que a lei define. Disse, senhora Presidente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Alguém para intervir? Senhor Deputado Aires Diniz.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Uma parte das minhas questões já foi respondida hoje, com um email que a senhora Presidente reencaminhou para mim, que é sobre a questão da Biblioteca, da falta de Técnicos na Biblioteca, que, pelos vistos, vão ser promovidos ou vão ser recrutados. Depois há outra questão que eu vou voltar a focar, que é a questão do arquivo histórico que deve ser adequado aos objetivos da nossa Candidatura a Capital Europeia da Cultura. O arquivo histórico é essencial, a biblioteca é essencial. A nossa Biblioteca não é má de todo, há outras melhores, mas isso terá que ser um trabalho para os próximos anos.

Depois, há aqui uma questão que tem a ver com os funcionários dos Municípios, que foram desvalorizados, há uns anos, com aquela criação de Assistentes Técnicos, Assistentes Operacionais e Técnicos Superiores, e que às vezes entram na carreira sem estar adequado às suas qualificações académicas e científicas. E depois há o SIADAP, que há muitos amigos, e não são só os amigos que são funcionários da Câmara Municipal da Guarda, mas de vários sítios, que sentem que o SIADAP é algo que não nos convém, porque as progressões são desaceleradas. Isso também aconteceu na carreira dos professores. Portanto, houve, desde há uns anos, uma desqualificação nos quadros humanos do Estado de tal modo que, neste momento, há situações que não funcionam e isso é mais que evidente. Portanto, e mesmo a questão do zelo, do empenho no desempenho das funções que interessa aos Municípios, muitas vezes isso não é valorizado e isso tem sido uma questão que nós sentimos que não é bom. Ou seja, eu conheço gente que desempenha funções e está nas funções de um modo precário e isso não convém aos serviços. A questão de uma pessoa ser efetiva num lugar, é importante para o valorizar e lhe dar possibilidade de ele ser premiado, porque, se ele for precário, nunca é premiado pelo seu bom desempenho. E, portanto, há aqui situações de precariedade que não convém que sejam mantidas. Há situações em que colocação de pessoas em Assistentes Operacionais ou Assistentes Técnicos sem ser em quadros superiores, eu conheço não só desta Câmara, mas de outras Câmaras. Por exemplo, já agora, que andam a dizer que eu sou mais transmontano do que beirão, na Câmara de Bragança contaram-me uma história, até foi uma pessoa fora da Câmara de Bragança, foi a minha chefe do Porto, do meu grupo de investigação, que disse que havia uma senhora que tinha Mestrado e que estava a desempenhar funções de Mestre, mas que estava classificada como Assistente Operacional, o que é muito degradante para alguém. E pronto. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Mais alguém? Senhor Deputado Henrique Monteiro, faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “É importante que os trabalhadores vejam as suas carreiras valorizadas, adaptadas em função também das aquisições de formação que vão fazendo. Mas também é importante que isso se traduza numa melhoria do funcionamento dos próprios serviços municipais. As carreiras também servem para premiar quem cumpre, para penalizar quem não cumpre. E que não se faça como o Bloco de Esquerda, não é? Que defende a bandeira das 35 horas e depois é que acusado, pelos próprios sindicalistas do partido, de praticar as 40 horas naquilo que são os funcionários que tem ao serviço. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Marco, hoje você está na mira, deixe lá. O senhor Deputado Henrique, hoje tirou o dia para si. Muito bem. Senhor Deputado Monteirinho, faz favor.” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “Senhora Presidente, senhor Presidente. Sobre este assunto, só queria colocar uma questão. Sendo certo, evidentemente, que achamos que os funcionários que efetivamente se encontram com as habilitações necessárias para progredir, em termos de carreira, assim aconteça, em qualquer organização, se isso também for benéfico para a organização, evidentemente. Eu só queria saber qual é o impacto financeiro que isso tem, desses setenta novos elementos que estão, ou setenta e tal que disse que

estariam, e mais dez que vão estar agora. Qual é o impacto financeiro nas contas da Autarquia? Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Mais alguém para intervir sobre este ponto? Não? Senhor Presidente, faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Obrigado, senhora Presidente. Relativamente à questão que colocou, essa questão dos setenta, na altura, acho que foi identificado o valor. Mas podemos-lhe fazer chegar. Aquilo que tenho a transmitir aqui é que um Assistente Operacional tem um salário à volta dos 600 e qualquer coisa euros. Sim, 600 e ... como? O que é que vai acontecer? O que vai acontecer é que agora passou a Assistente Técnico e nós estamos a acrescentar, nalguns casos, 50 euros a mais por mês, noutros casos, 100 euros por mês. Portanto, aí, variando entre 50 a 100 euros por mês, nós temos um impacto, vezes doze meses, vezes o subsídio de natal e o subsídio de férias, que corresponderá a um determinado montante que eu agora não posso aqui confirmar. Mas poderei fazer chegar. Porque não é uma contratação nova, é apenas o diferencial de uma determinada categoria para a outra e aí terá um acréscimo de um valor que eu não consigo precisar, mas que andaré entre esse montante. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Vamos, então, à votação deste ponto.” -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.6 - Discussão e votação da proposta de Alteração Extraordinária ao Mapa de Pessoal de 2021.* -----

- Aprovado, por unanimidade, com cinquenta e seis votos a favor. -----

Ponto 2.7 - Informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda acerca da Atividade Municipal. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, pretende falar ou só responder? Muito bem. Alguém pretende intervir? Senhor Presidente da Junta de Santana D’Azinha, faz favor.” -----

- **José Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Santana D’Azinha (PSD):** “Obrigado. Eu corri a informação escrita do senhor Presidente, não encontrei qualquer referência a qualquer assunto relativo à Freguesia de Santana D’Azinha. Na minha intervenção, há pouco, eu coloquei aqui quatro questões e o senhor não me respondeu. Eu tenho que dar respostas aos meus fregueses. Não encontrei num lado, não encontrei no outro, pergunto, e vou repetir. Em relação ao muro do Pisão, o que é que eu vou responder à senhora Clotilde? Pavimentação na Catraia, o que é que eu vou responder àqueles moradores? Mais, eu não disse há pouco, quem circular da Guarda - Sabugal e quiser virar para Vila Mendo, se a senhora Vereadora passar por lá, vai cair na grelha que lá está. Há uma diferença de mais de dez centímetros. Circulam Sabugal - Guarda, querem virar para o lado de Vila Mendo? Têm que encostar para o meio da estrada, para a nacional, pisam o traço contínuo. Porque, se virarem logo, junto à paragem, pisam o traço que lá está no meio da Municipal 546. Perguntei, também, isto diz respeito a todos os Presidentes que aqui estão. A pavimentação do Pisão, deu-nos, de facto, 15 mil euros a mais para pavimentar aquilo? E do Acordo de fevereiro, diga

aqui, perante todos, se já assinou o acordo e se nós já recebemos o cheque. A Freguesia merece respostas. Só está a provar que, de facto, relações institucionais não há. Isto é covardia, desculpe.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Senhor Presidente da Junta da Faia, faz favor.” -----

- **João Nunes, Presidente da Junta de Freguesia da Faia (PSD):** “Boa tarde, senhora Presidente, senhores Secretários, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, Deputados, Presidentes de Junta, público. Portanto, eu venho aqui, em nome da Freguesia da Faia, esclarecer umas declarações que o senhor Presidente proferiu, há momentos atrás, sobre a moção que foi apresentada por três colegas Presidentes de Junta. O senhor Presidente da Câmara afirmou que a Freguesia da Faia já tinha recebido a totalidade do Acordo. Não é verdade. A Freguesia da Faia recebeu a totalidade do Acordo assinado em 2019. O Acordo que foi aprovado na reunião de fevereiro de 2021, que foi assinado em abril, foram pagos 50% na assinatura do Acordo e foram pagos, na semana passada, por transferência bancária, cerca de 10% desse Acordo. Por isso, ficam a faltar, portanto, estão pagos à volta de 60% do Acordo, ficam a faltar 40%. E outra coisa, senhor Presidente, eu tenho autonomia para votar como eu entendo e quero. O senhor Presidente, afinal, viu que eu votei contra, não viu bem. Eu absteve-me, solidário com os meus colegas, porque se eu estivesse nesta situação não gostaria disto. E como não gosto que me estejam a apontar o dedo numa Assembleia... assuntos que digam respeito única e simplesmente só à Junta Freguesia da Faia, são tratados com o Presidente da Junta e o Presidente da Câmara. Se é a respeito a todas as Freguesias, são tratados na Assembleia, como deve ser. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado Marco Loureiro, faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Vou fazer uma pequena alteração, não vou questionar, mas é uma oportunidade que provavelmente poderei já não ter, tendo em conta que não sabemos se irá haver outra Assembleia. Queria apenas deixar aqui um recado, um agradecimento a todos e a todas. Eu estou cá há oito anos, aprendi mesmo muito com vocês, mesmo com algum confronto e uma forma, às vezes, se calhar, menos boa no tom utilizado. Mas a verdade é que só quem não vive com garra, a forma com que muitas das vezes nós nos debatemos na defesa daquilo que achamos que é o melhor para a Guarda. Eu sou natural, como muitos certamente sabem, de Viseu. Estou na Guarda vai fazer dezasseis anos. Destes dezasseis anos, tenho oito de ativismo claro político aqui, e acreditem que me sinto mesmo muito, muito guardense. E espero continuar a poder contribuir, nos próximos anos, para o crescimento da nossa linda cidade. Por isso, agradecer a pessoas muito contraditórias e até claramente o contrário de mim e daquilo que eu defendo, nomeadamente Henrique Monteiro e seus colegas. Porque é isto, a democracia é mesmo isto. E se isto não existir, se aquilo que agora estamos aqui, até há pouco, a assistir, provavelmente com algum tom um pouco duro, mas, se não for isto que estamos aqui, não faz sentido dizermos que vivemos numa democracia. Por isso, bem-haja a todos e a todas. Certamente que nos iremos encontrar por aí, noutras batalhas e noutras lutas. E viva a Guarda.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mas deixe-me clarificar que nós teremos, a não ser que haja algum contratempo, teremos a Assembleia Municipal de setembro, que já está até mais ou menos agendada. Mas teremos, naturalmente, a Assembleia Municipal de setembro. Portanto, claro que pode haver alguém que possa não vir, ou só se houver aí uma Pandemia, a quarta vaga, ou quinta vaga, ou já não sei que vaga e que nos fechem a sete chaves. Mas, aí, terá que ser mesmo a sete chaves, para nos impedir de fazer a Assembleia. Por isso, naturalmente, haverá Assembleia Municipal de setembro. Pretende intervir, senhor Deputado Monteirinho? Faz favor.” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “Senhora Presidente, agora vou-me dirigir a si diretamente. Uma vez que continuamos a ter escassez de informação acerca daquilo que se passa na Capital Europeia da Cultura e uma vez que a senhora Presidente foi eleita para ser representante desta Assembleia nos órgãos da Capital Europeia da Cultura, gostaríamos de saber o que se está a passar, os investimentos que estão a ser feitos, como é que estão a decorrer as reuniões. E, já agora, também, saber se a senhora Presidente anda a colocar *likes* em páginas do «Mais e Melhor», não sei se é do PS se é do PSD. «Mais e Melhor» era as últimas eleições legislativas. Agora parece que estamos nas Autárquicas e parece que... Muito Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Não é muito normal que, numa Assembleia Municipal, a questionada seja a Presidente ou o Presidente da Assembleia Municipal, mas respondo-lhe com muito gosto. E começando pelo fim, também, pois essa história da página e dos *likes*... mas já agora, deixe-me dizer-lhe também que o slogan do PS, das últimas legislativas, era mais ou menos o slogan da atual candidatura do PSD. Mas, quanto à questão dos *likes* do facebook, obviamente que os *likes* não são meus. Não é meu, no caso concreto, mas de pessoas ligadas a mim. Tem a ver com uma coisa que eu lamento profundamente, e que fiz questão, assim que fui avisada, de telefonar ao senhor diretor de campanha da candidatura do PSD e pedir esclarecimentos. Aquilo que me foi dito foi que usaram a página que a candidatura Guarda Confiante, que eu integrava, como sabem, e que usaram a página e usaram a página limpando algum histórico, mas mantendo os likes todos que estavam na página. Obviamente que os *likes*, para quem sabe um pouco disto, estão associados à imagem que estava na altura, nomeadamente a minha e a do Dr. Álvaro Amaro. E, portanto, a página surge com cinco mil e quinhentos *likes*, que não pertencem a esta candidatura, mas sim à candidatura de 2017. Eu fiz o que tinha a fazer. Lamento imenso que isso tenha acontecido. Falei com quem tinha de falar, com o diretor de campanha, e disse-lhe aquilo que tinha a dizer. Lamento profundamente este tipo de atitude, mas, como compreendem, não é culpa minha. Relativamente à Capital Europeia da Cultura, também, quanto a essa matéria, eu já esclareci na anterior Assembleia Municipal que eu não sou propriamente a locomotiva deste processo. Porque aquilo que ficou definido é que haveria uma Comissão de Acompanhamento, que era composta por um representante de cada uma das Assembleias dos dezassete Municípios que integram a Candidatura. E aquilo que eu fiz, porque fui, pelos vistos, a primeira a ser indicada das Assembleias todas que compõem o conjunto de Municípios, aquilo que eu fiz, uma vez que não tinha a informação de ninguém dos outros Municípios, aquilo que eu fiz foi tomar a iniciativa e oficiar aos Presidentes das Assembleias Municipais, dos dezassete Municípios, para me informarem se havia ou não

alguém nomeado para, eventualmente, nos reunirmos e começarmos a trabalhar. Até porque o tempo escasseia, porque a Candidatura tem que terminar no final deste ano. E eu até fiquei com a sensação, senhor Vice-Presidente, pode até esclarecer, penso que a Candidatura tem que estar terminada até ao final de novembro, acho eu. É isso, não é? Pronto. Estava certa, então. Mas foi essa a ideia com que eu fiquei. O que significa que nós temos muito pouco tempo para trabalhar, porque, mesmo quem seja eleito depois em outubro, eventualmente alguns dos eleitos até podem estar interessados noutras candidaturas, que não esta da Guarda. E, portanto, eventualmente, não têm tempo para trabalhar. Porque, Tomada de Posse e fazer alguma coisa, é impossível porque a Candidatura, o dossiê está fechado. Aquilo que eu fiz, como disse, fui oficial às outras Assembleias. A grande maioria respondeu-me dizendo que não tinha conhecimento de nada e, portanto, não sabiam de nada. E temos, neste momento, eu não tenho cá a Sofia, tenho a Vânia, mas temos cerca de cinco, seis. É isso não é Vânia? Cinco ou seis respostas. Não temos ainda uma última, que eu sei que já aconteceu, ainda não temos comunicação oficial, porque eu estive, na sexta-feira passada, em Coimbra, com a senhora Presidente da Assembleia Municipal de Celorico da Beira, e, portanto, ia a esta reunião de junho a indicação da pessoa para compor esta Comissão. Eu vou esperar pelo final destas Assembleias, uma vez que todos terão que reunir, até ao final de junho, para fazer a Assembleia de junho, e, o que eu já decidi fazer, vou comunicar com esses cinco ou seis elementos que estão designados, vamos reunir e vamos pedir uma reunião à Comissão e tentar fazer um relatório para podermos apresentar aqui na Assembleia de setembro. Porque não temos mais nada. É o que posso fazer. Não consigo fazer mais nada, porque não conseguimos, pelos vistos, ter o pleno das Assembleias. Eu gostaria muito que sim, também estou a antecipar-me um pouco, porque, eventualmente, pode haver agora algumas designações nestas Assembleias de junho, e eu, para a semana, receber o resto das comunicações. Não acredito muito, se querem que vos diga. Mas pode muito bem isso acontecer. Em todo o caso, fica aqui o meu compromisso. Eu já na sexta-feira falei com a senhora Presidente da Assembleia Municipal de Celorico da Beira, estivemos um pouco a falar sobre isso e foi mais ou menos aquilo que combinámos. Eu vou esperar a próxima semana. Posso fazer uma insistência, vou pedir, com certeza, à Sofia ou à Vânia que contactem as Assembleias todas, a ver se realmente houve mais elementos indicados, e, depois, com os que estão, faremos uma reunião e pediremos uma audiência à Comissão para nos porem mais ou menos a par do que está a acontecer e daremos conhecimento disso. É o que vos posso transmitir quanto a isso... Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Quando eu há pouco falei na estrutura organizativa da candidatura, e o senhor Dr. Carlos Chaves Monteiro não percebeu, era nisto também. Porque nós estamos todos empenhados, ou seja, não são só as pessoas que a Câmara designou para a estrutura, mas também, nós, Assembleia Municipal, ao indicarmos a Dra. Cidália Valbom para estar nesta Comissão, também estamos interessados. Eu também tenho os meus amigos nos vários concelhos, porque eu não sou só da Guarda, sou do distrito da Guarda. De maneira que vou ouvindo essas pessoas. Algumas pessoas falaram comigo e disseram de alguma frustração de não serem chamadas a participar, e não haver essa receção desse empenho deles em que a nossa candidatura seja vencedora. Por outro lado, havia uma coisa que eu queria perguntar, lateral a isto, que é a questão da Covid-19 e do sucesso escolar dos alunos

do nosso concelho. E eu queria perguntar, porque no relatório do senhor Presidente não vem lá nada sobre esse trabalho da Câmara, no sentido de colmatar as dificuldades dos alunos por causa da habitação e outras condições de vida. Era isso que eu queria perguntar.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Faz favor, senhor Deputado Henrique Monteiro.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Já que estamos a falar da Capital Europeia da Cultura e sendo a monumentalidade da Guarda, provavelmente, um dos fatores que não de ser um dos trunfos que não de ser jogados também nesta candidatura, eu queria alertar aqui para uma situação, que ainda ontem estive na praça dos táxis e reparei. Temos um monumento ali belíssimo, uma igreja maravilhosa, mas que, desde há muitos anos a esta parte, está completamente às escuras. Existem uns holofotes no edifício da antiga Caixa Geral de Depósitos e Banco Nacional Ultramarino, mas estão desligados. Eu acho que valeria a pena dar atenção àquela situação e, se calhar, iluminar efetivamente aquela igreja, porque ela merece. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Mais alguém para intervir? Não? Senhor Presidente, faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Muito obrigado, senhora Presidente. Deputado Aires Diniz, eu, para responder, têm que perguntar. Não fugi a nenhuma questão. Quando me disse ali que eu não expliquei... a quê? É preciso perguntar. Mas também, se houver necessidade de mais esclarecimentos, quer à bancada do Partido Socialista, quer à senhora Presidente da Assembleia ou ao senhor Deputado Aires Diniz, o Vice-Presidente também está disponível para explicar. Porque a pior coisa em democracia é haver equívocos. Equívocos não quero com a Freguesia da Faia, porque, recebeu 30 mil euros, em 2021. Tem tudo pago de 2020. É assim que os técnicos da Câmara me enviam. Portanto, não há necessidade de estarmos aqui... Mas também esclarecemos isso fora da Câmara, mas é assim que os técnicos me dizem. Posso falar? Posso? Pronto. Os técnicos da Câmara: pagámos 30 mil euros este ano 2021, temos tudo pago de 2020. É a informação que eu tenho aqui. E a pior coisa, de facto, em democracia, é haver equívocos. Não há necessidade. Quer dizer, pode haver alguns Acordos que ainda não celebrámos, vamos celebrar. Mas há alguns que já têm, de facto, 30 mil euros. Pronto, é essa a questão que me foi feita chegar aqui. Depois, também, senhora Presidente da Assembleia, tenho que me dirigir a si. Lamenta profundamente o quê? Que em 2013 a senhora Presidente estava com a Guarda com Futuro? Estava com a Guarda Confiante em 2019 e 2017? A página é do Partido. Eu explico, novamente, aqui ao Partido Socialista. O que diz respeito ao Partido Socialista fica com o Partido Socialista. O que diz respeito ao Partido Social Democrata diz ao Partido Social Democrata. Esta página foi criada, em 2013, pelas candidaturas e pelo Partido Social Democrata, cujos os administradores estão bem identificados. Mas o Partido Socialista não precisa... e a senhora Presidente, como é independente, mas foi eleita nas listas do PSD, se quiser, pode ser esclarecida no PSD, porque é lá que se deve debater politicamente esta questão. E, depois, ao Partido Socialista, já que não sabe português, senhor Deputado Monteirinho, nas legislativas “Fazer Mais e ainda Melhor”, com um “v”, “ainda”, em cima do mais, é uma coisa. Mais e Melhor Guarda é outra, senhor Deputado. Eu sei que o português, quando nos interessa, terá uma conotação. Quando não interessa, tem outra. Mas que eu

saiba, há alguma confusão? Eu sei que há um problema de iliteracia para o Partido Socialista e ficou aqui bem patente. Lê, mas não sabe o que lê. Porque Fazer Mais e Ainda Melhor, não é a mesma coisa do que Mais e Melhor Guarda. Mais e Melhor Guarda é uma coisa e podemos dar o significado. É português. É português. E, portanto, tenho pena que a senhora Presidente lamente uma coisa que não está na base da sua construção. Não tem que interferir se faz *likes*, os *likes* são muito mais abrangentes que a página do Partido Social Democrata. Os administradores estão identificados, esta página só diz respeito ao Partido Social Democrata. 2013 para 2014 foi feita também uma gestão idêntica àquela que está a ser feita agora, como irá ser feita no futuro. E só ao Partido Social Democrata, não ao Partido Socialista nem à senhora Presidente da Assembleia, com o devido respeito, tem alguma coisa a ver com os comentários que aqui fez. Se lamenta, não tem que lamentar. A página é do PSD. Não tem que lamentar a candidatura do PSD e muito menos lamentar-se, juntando-se ao Partido Socialista, a criticar aquilo que o PSD faz. Portanto, eu penso que isto é um ultraje ao Partido Social Democrata. É um ultraje a este Executivo, a esta candidatura, a forma como esta Assembleia se dirigiu ao Presidente da Câmara, se dirigiu a todos os Deputados, designadamente aos do Partido Social Democrata. Porque nós não nos metemos no Partido Socialista. E que eu saiba, é bem clara a diferença entre aquilo que é a afirmação de um lema, em 2021, de uma candidatura à Autarquia do distrito, que é a maior Autarquia do distrito, que é a Guarda, e aquilo que foram as eleições legislativas, em 2017. E, portanto, isso é algo que era de evitar nesta Assembleia, e muito menos de uma forma instrumentalizante, de uma forma manipuladora, como foi aquilo que nós fomos testemunhas, antes de eu tomar a palavra. O que é injustificável na democracia, e muito menos para o exercício do cargo de Presidente da Assembleia Municipal.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente da Junta, faz favor.” -----

- **João Nunes, Presidente da Junta de Freguesia da Faia (PSD):** “Boa tarde, mais uma vez. Eu realmente não pretendia vir aqui. Mas eu disse ao senhor Presidente da Câmara que não estava tudo pago na totalidade à Freguesia da Faia, e volto a afirmar, nesta Assembleia, não está tudo pago. Os Acordos de Cooperação com a Junta de Freguesia da Faia não estão todos pagos. O Acordo de Cooperação do ano de 2020 está pago. Eu fui claro. O Acordo Salvaguarda que foi celebrado, ou que foi, portanto, celebrado em abril, não tenho aqui a data precisa, foram pagos 50% na assinatura do Acordo. Eu fui claro. Agora há pouco tempo, foi feita uma transferência para a Junta de Freguesia, eu vou dizer o número, que foi um valor de 15 mil euros, que eram 9 mil e qualquer coisa euros que faltavam do Acordo de 2020, e cerca de 5 mil euros deste Programa Salvaguarda. Porque a Junta de Freguesia precisava de pagar o auto número 5 da obra. Se a obra não está terminada, os Acordos não podiam estar pagos. Certo, senhor Presidente? Não estão pagos na totalidade. Foi isso que o senhor Presidente disse, que a Faia já tinha recebido os Acordos na totalidade. Não é verdade. Se a obra não está feita, como é que podia ter recebido? Faltam cerca de dez mil euros do Acordo de Cooperação Salvaguarda... A obra não acabou, senhor Presidente, não posso dizer mais nada. Agora, não posso é admitir que a Freguesia da Faia tem o dinheiro todo, porque não tem. É a única coisa que lhe posso dizer, ao Presidente e à Assembleia. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Sim. Só dizer que até ao grau de execução...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, eu peço-lhe desculpa. Mas por enquanto, mesmo que o senhor não goste e que o senhor ache que esta Presidente da Assembleia é um ultraje...” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Percebi senhor Presidente. Peço desculpa.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Mais alguém pretende intervir? Pronto. Agora sim, senhor Presidente, tem a palavra, faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Obrigado. Eu já disse, sobre esta matéria, e não quero estar agora novamente aqui a entrar nesta dicotomia, porque, na verdade, as coisas sempre aconteceram normalmente. Não sei porque é que hoje aqui se coloca esta questão. Dizer apenas que nós pagámos, este ano, 30 mil. Foi a informação que eu recebi aqui pelos técnicos. Evidentemente, se ainda falta alguma parte da execução de obra, ela será paga logo que seja terminada, como é regra com todos os Presidentes de Junta. No entanto, chegar aqui e dizer: ainda falta... está bem, mas vamos pagar. Nunca está em causa a falta de pagamento. A verdade é que, como sabemos, fizemos um Acordo de 30 mil euros e a informação que eu tenho aqui, no ano de 2021, é que já pagámos 30 mil euros à Freguesia da Faia. Obrigado.” --

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem, estamos esclarecidos. Só uma palavra final, só em resposta ao senhor Presidente da Câmara, para lhe dizer o seguinte. Um ultraje, senhor Presidente da Câmara, é tentarem, de uma forma subversiva, usarem os *likes* que estavam associados a duas imagens, que não têm nada a ver com esta candidatura, e usá-los. Os senhores têm a página, limpam tudo. Limpam o histórico. Ou então criam uma página nova, já que o projeto não é o mesmo e as candidaturas não são as mesmas. Isso é que eu considero um ultraje. Eu até diria mais, considero uma ilegalidade. E aquilo que eu fiz, senhor Presidente da Câmara, aqui, responder à questão que me levantaram, porque, antes disso, ninguém me ouviu aqui nenhuma palavra sobre esse assunto. Se me questionam, eu respondo. Aquilo que eu fiz foi o que tinha a fazer foi telefonar ao senhor Diretor de campanha, a quem transmiti o que tinha a transmitir. Portanto, não lhe admito que diga que é um ultraje a forma como é dirigida esta Assembleia Municipal. O ultraje é talvez aquilo que a candidatura fez, porque não é legal, sequer, que os *likes* que estão associados a uma determinada imagem, passem a constar numa outra imagem que não tem nada a ver, num projeto que não tem nada a ver. Isso é que eticamente não fica muito bem. E tenho tudo dito o que tinha a dizer sobre este assunto. Está encerrado este assunto, senhor Presidente da Câmara.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Posso falar?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não, não pode. Vamos, então, terminar esta sessão. Eu vou por à votação as deliberações. Eu não sei se temos quorum. Temos? Pronto, muito bem. Então... sim, estão dois pelos menos. Então, vamos colocar à votação e aprovação as deliberações em minuta desta Assembleia (...) Muito bem. Então, estão aprovadas por unanimidade. Como? Com quarenta e oito votos. Temos terminada esta Assembleia Municipal. Como disse, voltaremos a encontrar-nos em setembro para a Assembleia final do

